

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GESTÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PGDR**

MELAINE ROBERTA CAMAROTTO

**EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NA PROMOÇÃO DO DESEMPENHO DE
INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO
SUDOESTE DO PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

**FRANCISCO BELTRÃO
2015**

MELAINE ROBERTA CAMAROTTO

**EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NA PROMOÇÃO DO DESEMPENHO DE
INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO
SUDOESTE DO PARANÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Gestão e Desenvolvimento Regional - PGDR - da Universidade Estadual do Oeste do Paraná como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Regional e Agroindústria

Orientadora: Profa. Dra. Cármem Ozana de Melo

FRANCISCO BELTRÃO
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Camarotto, Melaine Roberta

C172e Eficiência dos gastos públicos na promoção do desempenho de indicadores do desenvolvimento dos municípios da região sudoeste do Paraná. / Melaine Roberta Camarotto. – Francisco Beltrão, 2015.
66 f.

Orientadora: Profª. Drª. Cármem Ozana de Melo.

Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão, 2015.

1. Administração pública. 2. Despesa pública. 3. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais. I. Melo, Cármem Ozana de. II. Título.

CDD 20. ed. – 352.08162

Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090

FOLHA DE APROVAÇÃO

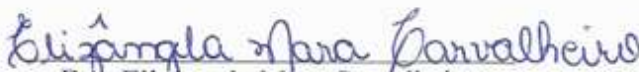
A Banca Examinadora de Defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – nível de Mestrado, da Unioeste – *Câmpus* de Francisco Beltrão, em Sessão Pública realizada na data de 26 de novembro de 2015, considerou a mestranda MELAINE ROBERTA CAMAROTTO **APROVADA**.



Dra. Cármem Ozana de Melo
Orientadora e Presidente da Banca



Dra. Fernanda Mendes Bezerra Baço
Membro da Banca



Dra. Elizângela Mara Carvalheiro
Membro (externo) da Banca

Francisco Beltrão, 26 de novembro de 2015.

À minha família, pelo amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me guiar, iluminar e me dar tranquilidade nos momentos difíceis.

À minha orientadora, Professora Doutora Cármem Ozana de Melo, pelo total apoio, carinho e dedicação na condução deste trabalho e, principalmente pela confiança depositada em mim.

Aos meus amados pais, Mário e Inês, pelo carinho, paciência, incentivo e principalmente pelo exemplo de vida.

Ao meu esposo, Amarildo, companheiro de todas as horas, pela dedicação a nossa família, paciência e compreensão as minhas ausências.

Ao meu anjo de luz, Vitor Henrique, presente de Deus, por fazer parte da minha vida, tornando-me uma pessoa melhor.

À minha amiga, Elizângela, pelo carinho e apoio, sempre disposta a contribuir.

Ao Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, pela oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional.

Ao corpo docente do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, pelos ensinamentos transmitidos.

Aos colegas da Turma 2014 do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, pelo convívio e aprendizado.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e ao Instituto Federal do Paraná - IFPR, por acreditarem no meu potencial, me permitindo evoluir enquanto profissional e ser humano.

Enfim, agradeço a todos de coração!

“Os que se encantam com a prática sem a ciência são como os timoneiros que entram no navio sem timão nem bússola, nunca tendo certeza do seu destino”. (Leonardo da Vinci)

RESUMO

Eficiência dos gastos públicos na promoção do desempenho de indicadores do desenvolvimento dos municípios da região Sudoeste do Paraná

Essa dissertação tem por objetivo analisar a eficiência dos gastos públicos na promoção do desempenho de indicadores do desenvolvimento dos municípios da região Sudoeste do Paraná entre 2006 e 2012. Como instrumento metodológico, a pesquisa utilizou a análise envoltória de dados (DEA), composta por quinze variáveis de estudo (quatro insumos e onze produtos), orientada ao produto e com retorno constante de escala (CCR). Os resultados demonstram que dos 42 municípios pesquisados, três demonstraram-se eficientes ao longo do período analisado (7,15%), outros 32 obtiveram grau de ineficiência fraca (76,19%) e, sete municípios apresentaram ineficiência moderada (16,66%), sugerindo que para serem 100% eficiente, além de ofertar mais produtos (bens e serviços públicos) os municípios poderiam ter reduzido os gastos. Nota-se também que a eficiência independe do volume de recursos financeiros aplicados, mas das boas práticas realizadas nas áreas de interesse da gestão (Educação, Trabalho e Saúde) concentram o maior volume de recursos alocados com o menor percentual de desperdício e, que a proximidade entre gestão pública e sociedade civil propiciada pelo porte dos municípios, favorece a eficiência nos gastos públicos. Assim, enquanto agente de desenvolvimento, o Estado deve buscar interromper os efeitos regressivos (Desigualdade social; Migração de mão de obra, capital, bens e serviços) e propiciar efeitos propulsores (Oferta de infraestrutura; Educação; Saúde e Trabalho) ao desenvolvimento. Em um ambiente de recursos limitados e demandas crescentes, a ineficiência nos gastos públicos têm se mostrado fator limitante do desenvolvimento.

Palavras-Chave: Análise Envoltória de Dados. Eficiência. Gasto Público.

ABSTRACT

Public expenditure efficiency in promoting the development indicators performance in the Southeast region in Paraná

This thesis aims to analyze the public expenditure efficiency as a development promoter. The research focuses on the Southeast region in Parana from 2006 to 2012. As methodological tool, the research used data envelopment analysis (DEA), comprised of 15 study variables (4 inputs and 11 products), product oriented and with constant returns to scale (CRS). The results show that from the 42 municipalities researched, 3 were efficient in the long term analyzed (7.15%), 32 others obtained weak inefficiency degree and, 7 municipalities showed moderate inefficiency, suggesting that to be 100% efficient, besides offering more products (goods and public services) the municipalities could have decreased expenditures. It's also noticeable that the efficiency does not depend on the amount of financial resources applied, but good practices in management. The management interest areas (Education, Working and Health) concentrate the major volume of allocated resources with the minor waste percentage and, that the proximity of public management and civil society provided by the size of the municipalities favors the efficiency in public expenditure. Thus, while development agent, the State must try to stop the regressive effects (Social inequality; Migration of manpower, capital, goods and services) and provide boosting effects (Infrastructure offering; Education; Health and Work) for development. In a limited resource environment and increasing demand, the inefficiency in public expenditure has shown itself as a limiting factor in development.

Keywords: Data Envelopment Analysis. Efficiency. Public Expenditure.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PROCESSO ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO.....	11
FIGURA 2- PROCESSO PRODUTIVO DA GESTÃO PÚBLICA.....	12
FIGURA 3 - REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ.....	17
FIGURA 4 - MODELO DE FRONTEIRA DE EFICIÊNCIA DEA – CCR.....	19
FIGURA 5 – RADAR DA EFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, POR ANO.....	30

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA PÚBLICA (POR ESTUDO).....	07
QUADRO 2 - RELAÇÃO DE VARIÁVEIS SELECIONADAS, UNIDADE DE MEDIDA E FONTE PARA OS ANOS DE 2006,2009 E 2012.....	21
QUADRO 3 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS <i>OUTPUTS</i> POR DIMENSÃO.....	23

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA MENSURAR A EFICIÊNCIA NOS GASTOS PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ EM 2006,2009 E 2012.....	26
TABELA 2 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS ESCORES DE EFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS (%).	27
TABELA 3- CLASSIFICAÇÃO DO DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS COM BASE NOS ESCORES DE EFICIÊNCIA (DEA) PARA 2006,2009 E 2012 (EM UNIDADES E %).	28
TABELA 4- NÚMERO DE HABITANTES E GRAU DE EFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS.....	33
TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS POR FUNÇÃO (%).	34
TABELA 6- GASTOS PÚBLICOS: INEFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO E DESPERDÍCIO DE RECURSOS FINANCEIROS PÚBLICOS.....	34
TABELA 7 - ALOCAÇÃO E DESPERDÍCIO DE DINHEIRO PÚBLICO, POR <i>INPUT</i> E MUNICÍPIO (%).	39
TABELA 8 - GASTOS PÚBLICOS: INEFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PÚBLICOS, POR <i>OUTPUT</i> E MUNICÍPIO (%).	40

LISTA DE SIGLAS

CCR	Retorno Constante de Escala
CF	Constituição Federal
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DEA	Análise Envoltória de Dados
DEA-SAED	Software de Análises de Envoltória de Dados
DMU	Unidade Tomadora de Decisão
GP	Gestão Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PP	Planejamento Participativo
PPA	Plano Plurianual

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	01
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	03
2.1	CONCEITOS E ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	03
2.1.1	O papel do Estado no desenvolvimento.....	05
2.2	GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO.....	07
2.2.1	Regulamentação dos gastos públicos.....	10
2.2.2	Eficiência na aplicação dos recursos públicos.....	11
2.3	ESTUDOS CORRELATOS.....	14
3	METODOLOGIA.....	16
3.1	ÁREA DE ESTUDO: REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ.....	16
3.2	MÉTODO DE ANÁLISE: DEA.....	18
3.3	VARIÁVEIS DA PESQUISA.....	20
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
4.1	PANORAMA DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ.....	25
4.2	CLASSIFICAÇÃO DO DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS A PARTIR DE SEUS ESCORES DE EFICIÊNCIA.....	28
4.3	ANÁLISE DA PROJEÇÃO E DESPERDÍCIO NA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PÚBLICOS.....	34
5	CONCLUSÃO.....	41
6	REFERÊNCIAS.....	44
7	APÊNDICES.....	50

7.1	APÊNDICE A.....	51
7.2	APÊNDICE B.....	55
7.3	APÊNDICE C.....	59
7.4	APÊNDICE D.....	60
7.5	APÊNDICE E.....	61
7.6	APÊNDICE F.....	62
7.7	APÊNDICE G.....	63
7.8	APÊNDICE H.....	64
7.9	APÊNDICE I.....	65
7.10	APÊNDICE J.....	66

1 INTRODUÇÃO

A promoção de desenvolvimento no Brasil é vista como uma tarefa de difícil execução, em virtude de sua dimensão continental e dos diferentes tipos de desigualdades existentes em todo o território. Presentes em todos os níveis e geradas por diversos fatores, as disparidades afetam o país não apenas em âmbito estadual, pode-se perceber a existência de diferentes níveis de desenvolvimento em municípios pertencentes a uma microrregião.

Na busca por melhores resultados em todas as regiões, em 1988 através da Constituição Federal (CF), o Estado promove um processo de descentralização dos recursos e responsabilidades, conhecido como municipalização. Benefícios da descentralização, a maior proximidade ao cidadão e a participação popular nas decisões públicas resultaram no maior conhecimento das necessidades e prioridades locais, facilitando a criação de políticas locais focadas na redução das desigualdades e promotoras de desenvolvimento, que propiciem à população melhora na qualidade de vida e bem-estar social.

Inúmeras discussões circundam o tema e postulam sob a importância do poder público no processo de desenvolvimento de uma comunidade. Diferentes pesquisadores, dentre eles Myrdal (1968); Brundtland (1991); Sen (2000); Haddad (2004) e Costa (2012) associam o desenvolvimento à forma como o recurso financeiro é aplicado (políticas públicas); a habilidade do gestor de interromper círculos viciosos e gerar efeitos propulsores ao desenvolvimento (governança); a capacidade de organização social (liberdade), associados a uma visão de longo prazo (sustentabilidade).

Em um ambiente de demandas sociais ascendentes e recursos financeiros limitados, enaltece-se a responsabilidade dos gestores em tomar decisões pautadas no princípio da economicidade. Realizar gastos municipais de maneira eficiente tornou-se estratégia das gestões municipais para alcançar o desenvolvimento local. Assim, o poder de realização de uma gestão está diretamente ligado a potencialização de ações, fruto da eficiência na função alocativa municipal.

Comumente utilizada como indicador de gestão, a eficiência, é descrita pelos autores Costa (2012), Revorêdo *et al.* (2004) e Will (2014) como o resultado obtido na relação *outputs* (bens e serviços produzidos) e *inputs* (recursos consumidos), visando alcançar o melhor desempenho na realização das ações governamentais.

Objeto de interesse do poder público, do meio acadêmico e da sociedade, a eficiência nos gastos públicos em relação à melhoria nos indicadores de desenvolvimento local, tornou-se princípio da administração pública e campo de estudo de diversas áreas. Nesse sentido,

com o intuito de responder a questão: A gestão pública dos municípios da região Sudoeste do Paraná realizam gastos públicos de maneira eficiente? A pesquisa tem por objetivo **analisar a eficiência dos gastos públicos na promoção do desempenho de indicadores do desenvolvimento dos municípios da região Sudoeste do Paraná entre 2006 e 2012.**

Apoiando-se em estudos correlatos realizados por Pereira *et al.* (2014); Will (2014); Costa (2012); Costa (2011); Yamada (2011) e Araújo (2008) se elegeu o conjunto de variáveis que representam a função alocativa das prefeituras municipais pertencentes à região Sudoeste do Paraná bem como as variáveis que caracterizam e indicam resultados da gestão através da oferta de produtos e serviços em prol da melhoria na qualidade de vida da população.

Os scores de eficiência dos gastos públicos nos municípios abrangidos pela pesquisa foram calculados a partir da técnica DEA (Análise Envoltória de Dados), através de um modelo multidimensional com retornos constantes de escala (CCR) orientados ao produto. Tendo como pressuposto, a correta alocação dos recursos financeiros públicos produzirá melhores resultados.

Além da introdução, o trabalho está dividido em cinco seções: No item dois, encontra-se a revisão da literatura, que versa sobre o papel do Estado no desenvolvimento, à importância da eficiência no processo de gestão dos recursos públicos, além de trazer estudos correlatos ao tema. A terceira seção caracteriza a região objeto de estudo, apresenta a metodologia proposta além das variáveis selecionadas e o procedimento metodológico da pesquisa. Na quarta seção encontra-se a discussão dos resultados obtidos na pesquisa, com ênfase nos escores de eficiência obtidos pelos municípios, no desperdício de dinheiro público e na ineficiência como elemento limitante da oferta de bens e serviços à população. Por fim, as considerações finais da pesquisa são apresentadas no item cinco.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Esse capítulo apresenta o arcabouço teórico necessário à pesquisa. Compreende a discussão do papel do Estado no desenvolvimento; a regulamentação dos gastos públicos; a governança no setor público e a eficiência como indicador de gestão na aplicação dos recursos públicos; além de estudos correlatos ao tema.

2.1 CONCEITOS E ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Na tentativa de promover desenvolvimento, as organizações têm se voltado a um conjunto de fatores multidimensionais, que transcendem a esfera econômica e impactam sobre diversos aspectos, na busca pela melhoria na qualidade de vida da população.

Garantir o crescimento econômico não garante o bem-estar de uma sociedade. Crescimento econômico de maneira desordenada potencializa mecanismos de desigualdade social ao passo que dizima ações de desenvolvimento. Essa premissa torna o desenvolvimento objeto de estudo de pesquisadores e tema de interesse mundial, ao transferir a perspectiva de estudo da renda (econômico) para o ser humano (social), assumindo o fator econômico como instrumento de desenvolvimento (ARAÚJO, 2008).

Ao abordar essa mudança conceitual Fillippim e Rossetto (2008, p. 135) expõem que:

Ao se pensar em desenvolvimento, nos diferentes significados a ele atribuídos, nas distintas formas como cada processo compromete diferentes grupos sociais, percebe-se a complexidade e a abrangência desse fenômeno e sua importância na vida em sociedade. Inicialmente, considerado como sinônimo de crescimento, hoje incorpora aspectos fundamentais, como o ecológico, o ético e o político.

Desenvolvimento é mais que ampliação da renda, através da industrialização e desenvolvimento tecnológico, ele precisa ampliar as liberdades humanas disponibilizando aos cidadãos direitos civis, serviços de saúde e educação (SEN, 2000).

Neste sentido, a gestão pública tem importante papel no processo de desenvolvimento de uma localidade. Ao conhecer as demandas locais e realizar gastos de maneira eficiente, tem o poder de atuar diretamente no combate da exclusão social, propiciando oportunidades reais (alargamento de escolhas) de melhoria na qualidade de vida da população através do acesso satisfatórios aos bens e serviços públicos.

Analisando as sociedades e seus processos de desenvolvimento, Myrdal (1968, p.32) alerta sobre a existência de um círculo vicioso “um homem pobre talvez não tenha o bastante

para comer, sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, o que significa que será pobre o que, por sua vez, implica dizer que não terá o suficiente para comer e assim por diante” pautado no princípio da causação circular e acumulativa “onde fatores negativos de um processo social, são, ao mesmo tempo, causa e efeito de outros fatores negativos que o sucedem”.

Portanto, o desenvolvimento está intimamente ligado à habilidade dos gestores em detectar e interromper efeitos regressivos (Desigualdade social; Migração de mão de obra, capital, bens e serviços), fomentando ações com efeitos propulsores (oferta de infraestrutura; Educação; Saúde e Trabalho) ao desenvolvimento (MYRDAL, 1968).

Numa concepção mais abrangente, Haddad (2004) postula que o desenvolvimento de um local depende basicamente da capacidade de organização social, que culmina no empoderamento dos cidadãos a ponto de deixarem o papel de coadjuvantes no sistema para assumir posturas ativas no processo de tomada de decisão, em prol de um desenvolvimento sustentável pautado em processos de inclusão social e de preservação ambiental.

Promover o desenvolvimento sustentável, com liberdade, é garantir aos cidadãos o atendimento

das necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (BRUNDTLAND, 1991 p.9).

Analisando as concepções propostas por Myrdal (1968), Brundtland (1991), Sen (2000) e Haddad (2004) ao desenvolvimento, é possível compreender a crescente importância pelo tema bem como, as dificuldades encontradas pelos estudiosos em definir e propor instrumentos de promoção do desenvolvimento.

Promover ações de desenvolvimento é tarefa que exige a participação de todos os segmentos da sociedade, requer uma visão de longo prazo, empoderamento da sociedade civil, além da participação do Estado.

Atendendo ao objetivo da pesquisa, aborda-se de maneira específica o papel do Estado enquanto agente de desenvolvimento na esfera executiva em âmbito municipal, sem ignorar, as influências dos demais elementos sob esta delimitação. Nesta percepção, denomina-se a limitação proposta ao campo de estudo como desenvolvimento local endógeno.

Ao termo “desenvolvimento local endógeno” criaram-se inúmeros conceitos. Conceitos controversos, conceituais e até antagônicos. Na busca pelo consenso entre autores e representatividade do termo ao objeto de pesquisa, os autores Coelho (1997); Vazquez-

Barquero (2002); Boisier (2002); Martins, Vaz e Caldas (2006) caracterizam-o como um processo interno ocorrido em pequenas unidades territoriais oriundo de intervenções que objetivam a melhoria do bem-estar da população local. Embora o processo e os resultados sejam exclusivamente endógenos (ativação social), as intervenções não (políticas públicas e disponibilidade de recursos).

Nesta perspectiva de territorialização do desenvolvimento, Boisier (2005) acredita um processo endógeno de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas da região, baseada na capacidade dos agentes locais de transformar o sistema socioeconômico, responder aos desafios externos, promover a aprendizagem social e de introduzir novas formas de regulação social em nível local, sob quatro planos mestres: econômico, político, científico-tecnológico e cultural.

No plano econômico, com a apropriação e reinversão de parte do excedente produzido em prol de diversificar a economia local, em busca da sustentabilidade em longo prazo. No plano político com a capacidade do local em tomar decisões a respeito do seu projeto de desenvolvimento, dos instrumentos necessários para efetivá-lo, da articulação e negociação dos agentes. No plano científico-tecnológico com a criação de um sistema local de ciência e tecnologia, fonte de impulsos tecnológicos à mudança. E, no plano cultural com a criação de identidade socioterritorial, para recuperar e reconstruir a cultura local através de um projeto coletivo de desenvolvimento (BOISIER, 2002).

Sob o ponto de vista de Boisier (2002), a pesquisa limita-se a estudar a atuação do Estado através do plano político, pela capacidade dos municípios de alterar seus sistemas socioeconômicos através dos gastos públicos.

2.1.1 O papel do Estado no desenvolvimento

O Poder Público tem importante papel no processo de desenvolvimento da sociedade, por atuar em todas as esferas (executivo, legislativo e Judiciário) e abrangências (municipal, estadual e federal) além de ter por função satisfazer as necessidades dos cidadãos, através da oferta de bens e serviços.

Somada a vasta extensão territorial, o Brasil, apresenta disparidades que afetam o país em seus diferentes níveis institucionais. Assim como a organização territorial, o processo de desenvolvimento ocorre de maneira díspar, uma vez iniciado em determinado local, fortalecerá áreas com maior dinamismo (LIMA; SIMOES, 2009).

Para Myrdal (1968) e Hirschman (1977) o Estado tem obrigação de resolver as situações de desigualdade através da redução dos efeitos regressivos, via investimentos públicos.

Por atuar em um ambiente de ampla extensão territorial e repleto de desigualdade, o Governo, ciente da complexidade de gerenciar políticas públicas e recursos que forneçam bens de acordo com as particularidades de cada município em prol do desenvolvimento de cada localidade, em 1988, descentraliza o poder e os recursos, num processo conhecido como municipalização.

Com a municipalização, as prefeituras adquirem autonomia e, por meio da função alocativa aplicam recursos e realizam investimentos específicos para fomentar o dinamismo do município, desenvolvendo ações propulsoras de desenvolvimento. A efetividade dessas ações depende exclusivamente da sustentabilidade econômica municipal.

Com incapacidade de “autossustentar” através de arrecadação própria, inúmeros municípios vêm sua autonomia ser restringidos à esfera administrativa, tornando-se dependentes de receitas externas, oriundas de transferências estadual ou federal, receitas essas, que poderiam ser utilizadas para investimentos em saúde, educação, entre outros. Assim como os recursos, a atuação da gestão pública municipal na elaboração de políticas públicas em prol do desenvolvimento torna-se limitada (COSTA, 2012).

As limitações locais ora apresentadas, não desqualificam o reconhecimento do processo de descentralização como uma das melhores alternativas para aumentar a eficiência alocativa no poder público. Ao passo que os cidadãos se aproximam da gestão pública, demandam por serviços, fiscalizam a aplicação dos recursos públicos e exercem pressão sob todos os entes para o atendimento das necessidades, repercutem na gestão, exigindo dos gestores melhores decisões acerca da alocação dos recursos disponíveis.

Sendo eficiente na função alocativa, melhora o poder de realização da Administração Pública, potencializando assim, o processo de desenvolvimento dos municípios. Ou seja, o potencial de desenvolvimento dos municípios tem ligação direta com a qualidade na aplicação dos recursos financeiros e não à quantidade alocada.

Com as descentralizações de poder e dos recursos associadas a crescente demanda da população por qualidade de vida, as administrações municipais sentiram necessidade de aprimorar os processos de gestão dos recursos, instituindo mecanismos de governança no setor público.

2.2 GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO

Na busca por um processo de gestão organizacional eficiente, diversos campos de estudo adotam o termo governança para descrever ações realizadas em prol da racionalidade nos processos e inserção de normas.

Na década de 1930, realizaram-se os primeiros estudos correlatos à governança no setor empresarial, na busca pela melhoria do desempenho, redução dos conflitos e equalização entre ações e expectativas dos proprietários do capital e administradores (BRASIL, 2014).

Mais tarde, em 1970, o termo transcende a esfera empresarial, através do relatório escrito por Crozier, Huntington e Watanuki, composto por discussões, na esfera estatal, sob o prisma dos problemas de governabilidade das democracias existentes na Europa Ocidental, no Japão e nos Estados Unidos, oriundos da dissonância existente entre demandas sociais e escassez de recursos (DALLABRIDA, 2011).

Os problemas de governabilidade e a crise fiscal que assolaram a década de 1980 demandaram o surgimento de um Estado eficiente, fomentando as discussões de governança e o desenvolvimento de inúmeros trabalhos que nortearam o estabelecimento dos princípios para as boas práticas de governança na gestão pública como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1- Princípios de governança pública (por estudo)

Autor (es)	Ano	Princípios
<i>International Federation of Accountants – IFAC</i>	2001	Transparência, integridade e prestação de contas.
<i>Australian National Audit Office – ANAO</i>	2003	Transparência, integridade, prestação de contas, liderança, compromisso e integração.
<i>The Chartered Institute of Public Finance and Accountancy– CIPFA e Office for Public Management Ltd– OPM</i>	2004	Transparência, integridade e prestação de contas, liderança, compromisso e integração com ênfase na eficiência e eficácia.
Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC	2009	Transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

FONTE: Elaborado pelo autor, 2015.

O Brasil insere-se neste contexto, com as descentralizações do poder e da responsabilidade, fruto da CF de 1988 e da Reforma da Gestão Pública em 1995, esforços esses, realizados com o objetivo de institucionalizar no setor público estruturas de governança, dando origem a Nova Gestão Pública.

Ao recriar a Administração Pública inserindo no processo de produção estatal, técnicas de gestão utilizadas no setor privado, profissionalizou a administração pública pautando-a na busca pela eficiência econômica e eficácia social. Paralelamente, a redemocratização conferiu aos cidadãos status de coadjuvante, promovendo a participação da

sociedade na gestão pública. Resultando em uma maior governança, controle de resultados e responsabilização (*accountability*).

A Nova Gestão Pública, também é descrita pelos autores Dallabrida (2011), Bresser-Pereira (2007) e Spink (1998) como um desafio, ao passo que é considerada mais eficiente, de qualidade e estratégica.

Apesar desses avanços, a federação brasileira tem pela frente desafios colossais para completar a transição entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento e cumprir os demais objetivos delineados no art. 3º de nossa Carta Magna: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação (BRASIL, 2014 p.20).

Frente aos desafios postulados, o Estado atua como indutor do desenvolvimento, ao passo, que busca satisfazer as necessidades dos cidadãos, de modo a maximizar o bem-estar da população, suprimindo a demanda não atendida pelo mercado, através da oferta de bens e serviços ao público.

Satisfazer as necessidades dos cidadãos envolve recursos escassos, que possuem valor econômico, cuja eficácia sustentável depende da capacidade do governo de gerar benefícios de valor superior aos custos incorridos (WILL, 2014).

Estando a gestão próxima à população, facilita os processos de interações entre poder público e a comunidade, resultando: a) no conhecimento das demandas de bens da comunidade; b) na consciência da escassez de recursos públicos para satisfazer as demandas; c) na participação popular na gestão dos recursos públicos (DALLABRIDA, 2011).

Conhecer as demandas de bens públicos e a escassez de recursos é fundamental para a eficiência das ações públicas. Diante da incapacidade do Estado em prover os bens e serviços requeridos pela comunidade, Tavares (2008) ressalta a importância de se estudar os gastos públicos como instrumento de promoção do desenvolvimento ou da desigualdade onde, a má gestão dos recursos públicos disponíveis pode incorrer na diminuição do bem-estar da população tornando-se obstáculo ao desenvolvimento.

Sendo o Brasil um Estado Democrático de Direito, a participação popular na gestão pública é dever do Estado e direito do cidadão. Além da gestão dos bens e interesses coletivos da sociedade, é atribuída à gestão pública a responsabilidade de criar mecanismos de governança que propiciem a efetiva participação da comunidade, no que tangencia as discussões da aplicação do dinheiro público.

Formalizado através da lei nº 10.157/00 o “Estatuto das Cidades” destaca-se na atualidade como principal instrumento de participação popular na esfera municipal. Ao passo

que condiciona a aprovação do orçamento municipal, pela Câmara de Vereadores à realização de audiência pública.

O orçamento participativo dá origem a uma nova forma de gestão pública mais complexa, reestruturando os processos tradicionais de formulação de políticas públicas, com inserção da participação popular e de “boas práticas de governança”. Tamanha importância é descrita por Wampler (2008), ao citar a inclusão da prática em uma lista das 40 melhores práticas na Conferência do Hábitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos), em 1996.

Assim, entende-se por Governança no setor público, os mecanismos de avaliação, direção e monitoramento e as interações que determinam como cidadãos e outras partes interessadas são ouvidos, como as decisões são tomadas e como o poder e as responsabilidades são exercidos (GRAHN; AMOS; PLUMPTRE, 2014).

Em observação ao direcionamento teórico proposto, que enaltece os mecanismos de participação popular tanto na gestão quanto na fiscalização, e ao objetivo geral da pesquisa, pautado na análise da eficiência nos gastos públicos para o desenvolvimento sustentável dos municípios pesquisados, as análises das gestões municipais ocorrem sob o princípio da economicidade.

Analisar a gestão estatal sob o princípio da economicidade é buscar levantar a racionalidade existente na relação custo/benefício. Requer a identificação, mensuração e reconhecimento dos fatores (gastos públicos e oferta de bens e serviços) presentes na atividade administrativa e sua repercussão (eficiência), através da quantidade de benefícios ofertados a comunidade.

Revorêdo *et al.* (2004) colaboram com essa tese ao afirmar que esse tipo de análise busca a maximização dos benefícios à sociedade em detrimento a redução dos gastos imputados, definindo eficiência como o “resultado obtido a partir da relação existente entre o volume de bens ou serviços produzidos e o volume de recursos consumidos, visando alcançar o melhor desempenho na operacionalidade das ações de competências da organização” (p. 56).

No Brasil, a governança no setor público baseia-se nas diretrizes implantadas para o planejamento, execução e controle dos gastos públicos, a saber.

2.2.1 Regulamentação dos gastos públicos

Paralelo ao processo de municipalização, a CF de 1988 institui o modelo orçamentário brasileiro (figura 1) como instrumento de organização e controle da Administração Pública.

Segundo a CF 88, o modelo orçamentário brasileiro é composto por:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

O **Plano Plurianual** (PPA) tem por função planejar os investimentos municipais em longo prazo, com duração de quatro anos, deve apresentar as prioridades da gestão, apontando os investimentos de maior porte. Realizado no primeiro ano do mandato, estende-se até o final do primeiro ano do mandato seguinte, a passagem do PPA de um mandato para o outro garante a manutenção das atividades disponibilizando tempo (oito meses) aos novos gestores para avaliar e propor ações ao seu governo (BRASIL, 2014).

Votada no primeiro semestre de cada ano, a **Lei de Diretrizes Orçamentárias** (LDO) é o instrumento de ligação entre o PPA e a LOA (Lei Orçamentária Anual). Determina os parâmetros para a elaboração da LOA pela administração pública como ilustra o Art. 165 da CF de 1988

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 2º – A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Pro sua vez, a LOA operacionaliza o orçamento público, descreve de maneira detalhada toda a estimativa de receitas e fixa as despesas municipais para o próximo exercício. No âmbito das despesas, o município determina o limite de gastos para cada setor em observância aos valores mínimos determinados pela CF, LRF, dentre outras. A LOA é elaborada pelo Poder Executivo (Prefeitura) e enviada ao Poder Legislativo (Câmara de Vereadores) para apreciação e aprovação. Uma vez aprovada, o Poder Executivo é responsável pela execução enquanto o acompanhamento e fiscalização ficam a cargo do Poder Legislativo.



Figura 1 - Processo Orçamentário Brasileiro
Fonte: Secretaria do Orçamento Federal, 2015.

Uma vez que a regra (modelo orçamentário) se aplica a todos os entes (Federal, Estadual e Municipal) da gestão pública, a discussão volta-se exclusivamente a qualidade na função alocativa, ou seja, a busca pela eficiência nos gastos públicos, objeto de interesse da pesquisa.

2.2.2 Eficiência nos gastos públicos municipais

De modo geral, a palavra eficiência é conceituada por diversos autores e utilizada nas mais diferentes áreas de estudo para descrever o potencial de realização das organizações, dos processos ou das pessoas.

A Ciência Administrativa analisa o poder de realização (efetividade) da gestão pública sob os princípios da eficiência e da eficácia. Torres (2004, p.175) conceitua:

Eficácia: basicamente, a preocupação maior que o conceito revela se relaciona simplesmente com o atingimento dos objetivos desejados por determinada ação estatal, pouco se importando com os meios e mecanismos utilizados para atingir tais objetivos.

Eficiência: aqui, mais importante que o simples alcance dos objetivos estabelecidos é deixar explícito como esses foram conseguidos. Existe claramente a preocupação com os mecanismos utilizados para obtenção do êxito da ação estatal, ou seja, é preciso buscar os meios mais econômicos e viáveis, utilizando a racionalidade econômica que busca maximizar os resultados e minimizar os custos, ou seja, fazer o melhor com menores custos, gastando com inteligência os recursos pagos pelo contribuinte.

Fatores como o Planejamento Participativo (1989) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) intensificaram a partir da década de 1990 a necessidade da gestão pública de prezar

pela eficiência nos gastos públicos, buscando identificar a opção mais vantajosa na maximização dos benefícios e minimização dos gastos.

Comumente utilizada como indicador de gestão, a eficiência, é descrita pelos autores Costa (2012), Revorêdo *et al.* (2004) e Will (2014) como o resultado obtido na relação *outputs* e *inputs*, visando alcançar o melhor desempenho na realização das ações governamentais.

Sendo a eficiência efeito propulsor no processo de desenvolvimento de um município, além de produzir mais utilizando menos recursos a gestão pública, através da função alocativa e do processo produtivo, deve atender as diferentes necessidades existentes num processo de desenvolvimento (adição de valor), como ilustrado.

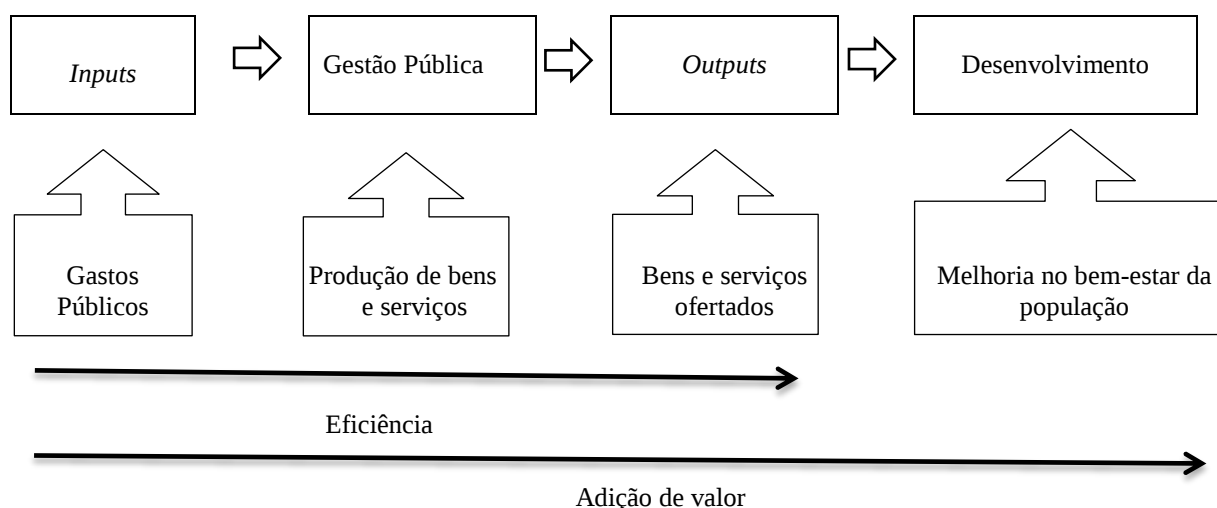


Figura 2- Processo produtivo da gestão pública
FONTE: Adaptado de Costa (2012, p.42).

Ao atender as necessidades da população, a gestão pública efetiva o processo de adição de valor, promovendo melhoras no bem-estar da população e desenvolvimento ao município. Isso só é possível através de um processo produtivo eficiente, que inicia com a aplicação planejada dos recursos em prol da economia de recursos e passa por um processo produtivo, capaz de potencializar a produção de bens e serviços que serão entregues à sociedade. Melhorando a relação entre recursos públicos aplicados e bens e serviços entregues a gestão pública garante melhores resultados (COSTA, 2012).

Espera-se que a adição de valor produzida através da eficiência alcançada no processo produtivo, proporcione melhorias na qualidade de vida da população, em especial, da parcela mais necessitada. Combater os problemas sociais através da redução ou eliminação das distorções é essencial para o desenvolvimento.

Ao planejar os gastos públicos, o Estado manifesta seu interesse em promover desenvolvimento, ao passo que concentra a alocação de recursos em áreas chaves como educação, saúde preventiva, habitação, saneamento e qualificação profissional, demonstrando a prioridade na prestação de serviços públicos e a realização de investimentos em áreas de promoção social (COSTA, 2011).

Princípio da gestão pública, a eficiência, é entendida atualmente como uma prática que transcende a exigência legal, ao passo que exige resultados positivos na prestação de serviços públicos que atendam as necessidades da sociedade e de seus membros (WILL, 2014).

A eficiência nas organizações públicas é avaliada pela comparação entre o que elas produziram e o que foi destinado para esse fim. Ribeiro (2008, p.6) expõe algumas limitações existentes no processo de mensuração;

Determinar os custos dos serviços públicos pode ser dificultado por fatores como a falta de dados confiáveis, classificações orçamentarias deficientes e a impossibilidade de se estabelecer custos fixos para um específico produto/serviço. Em relação aos benefícios obtidos, muitas vezes é difícil mensurá-los a partir do gasto governamental sem que exista a identificação dos objetivos da política em questão.

Neste sentido, o Estado vem criando mecanismos controle da gestão pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) vigente tem por objetivo normatizar a gestão eficiente e responsável com o equilíbrio das contas públicas, definição de limites para gastos e endividamentos do poder público municipal.

Sendo o gestor público responsável por manter o equilíbrio das contas, a eficiência na alocação dos recursos financeiros municipais garante a diminuição no volume de recursos aplicados e consequentemente nos gastos públicos, possibilitando a manutenção de *superávit* ou redução da dívida pública.

Rezende (2001) expõem a importância da lei, ao passo que legisla sob questões cruciais, possibilita que a gestão do município tenha condições de ofertar em maiores quantidades os serviços públicos essenciais, além de programas governamentais voltados a distribuição de renda.

Outros fatores interferem diretamente na eficiência nos gastos públicos municipais como: o porte do município, a urbanização acelerada e a pressão social. Neste sentido, Costa (2012) expõe que em municípios de pequeno porte populacional a aproximação da Administração Pública e dos cidadãos é favorecida, possibilitando maior participação popular,

mas em sua grande maioria possuem estruturas administrativas frágeis que interfere diretamente na qualidade dos bens ofertados e serviços realizados à população.

Localidades com urbanização acelerada e/ou com pressão social sobre a oferta de serviços públicos e infraestrutura demandam da gestão pública a oferta em curto prazo de serviços (segurança, condições ambientais), ligados diretamente à percepção da qualidade de vida. Essa percepção influencia a gestão e, em alguns casos, induz a tomada de decisão sem considerar a eficiência na aplicação dos recursos, haja vista o alto custo político associado ao não atendimento das demandas (PEREIRA, SOUZA E CRIBARI-NETO, 2014).

Sendo a gestão pública responsável pela alocação dos recursos municipais e atendimento das necessidades dos cidadãos em um ambiente de múltiplas interferências, a busca pela eficiência na gestão torna-se tarefa complexa, exigindo dos gestores habilidades humanas, conceituais e técnicas que permitam avaliar o cenário atual em busca das melhores decisões, que associem a utilização racional dos recursos com a adição de valor à população promovendo desenvolvimento.

2.3 ESTUDOS CORRELATOS

Estudos na área de gestão pública nacional e internacional, autores com diferentes abordagens utilizam a Análise Envoltória de Dados (*DEA*) para mensurar a eficiência nos gastos públicos. Assim, dentre os inúmeros trabalhos realizados que abordam o tema, explicita-se os cinco estudos correlatos realizados no Brasil a partir de 2008.

Araújo (2008) investigou os gastos públicos e desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Piauí. Através de dados secundários (Secretaria do Tesouro Nacional) foi possível comparar os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e de Pobreza (IPOB) aos gastos públicos com saúde, educação, habitação e previdência de 219 municípios. Chegando a conclusão que gastos realizados nos municípios mais desenvolvidos impactam mais fortemente no IDH, e menos no IPOB, do que impactariam em municípios menos desenvolvidos.

Yamada (2011) focalizou sua pesquisa a área da Saúde, com objetivo de verificar as economias de escala e eficiência de gastos de 537 municípios do estado de São Paulo ao longo de 2002 a 2007. Comparando o tamanho da população e outras variáveis demográficas a eficiência na prestação de serviços de saúde dos municípios foi possível concluir que o tamanho do município é um importante determinante de eficiência na área de saúde.

Costa (2012) estudou a qualidade do gasto público e desenvolvimento socioeconômico nos municípios do estado de Minas Gerais. Se utilizando de dados governamentais de diferentes fontes, o autor conclui que a relação entre qualidade do gasto público e os níveis de desenvolvimento socioeconômico foi expressiva apenas em municípios com melhor infraestrutura.

Will (2014) assim como Yamada (2011) limitou-se a estudar a eficiência do Estado na prestação de serviços em um único segmento, o de educação. O trabalho teve por objetivo demonstrar o grau de eficiência alcançado pelos estados brasileiros na alocação de recursos públicos para a educação entre 2001 e 2011. Por meio dos *scores* obtidos foi possível observar que os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul obtiveram boas performances ao conciliar gastos médios com ótimas avaliações de ensino. Já, os estados de Amapá, Amazonas, Rio de Janeiro e Sergipe destacaram-se por baixos índices de eficiência na gestão dos recursos.

Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014), avaliaram e compararam o desempenho das regiões brasileiras, no que tange o gerenciamento de recursos públicos. Os resultados demonstraram que municípios mais urbanizados tendem a ser mais eficientes, estando na região Sudeste a maior concentração de municípios eficientes.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa, compreendendo a área de estudo (Região Sudoeste do Paraná); o método de análise (Análise Envoltória de Dados) e as variáveis da pesquisa (*inputs e outputs*).

3.1 ÁREAS DE ESTUDO: REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

Situado na região Sul do Brasil, o estado do Paraná concentra 399 municípios subdivididos em 39 microrregiões que compõem 10 mesorregiões. De acordo, com o censo realizado pelo IBGE, em 2010 residiam no estado 10.5 milhões de pessoas em uma área 199.880 Km², estando grande parte dessa população (85,3%) concentrada em áreas urbanas.

Objeto de estudo, a região Sudoeste do Paraná é regida administrativamente pela Lei Estadual nº 15.825/08, agrega 42 municípios aqui denominados: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara d'Oeste, Manfrinópolis, Manguaçu, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge d'Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino (figura 3).

A região Sudoeste do Paraná foi escolhida para a pesquisa pela representatividade no contexto estadual. Referência em vários segmentos pela realização de pluriatividade nos setores agrícola e industrial, destacando-se na produção agropecuária realizada nas pequenas propriedades, nos setores industriais de Tecnologia (informática/telecomunicação), metalomecânico (alumínio), madeireiro (lâminas) e de confecção. Na região também é produzida grande parte da energia elétrica consumida no estado, com as hidroelétricas alocadas na bacia do baixo Iguaçu e unidades eólicas nos campos de Palmas (DALL'IGNA, 2011).

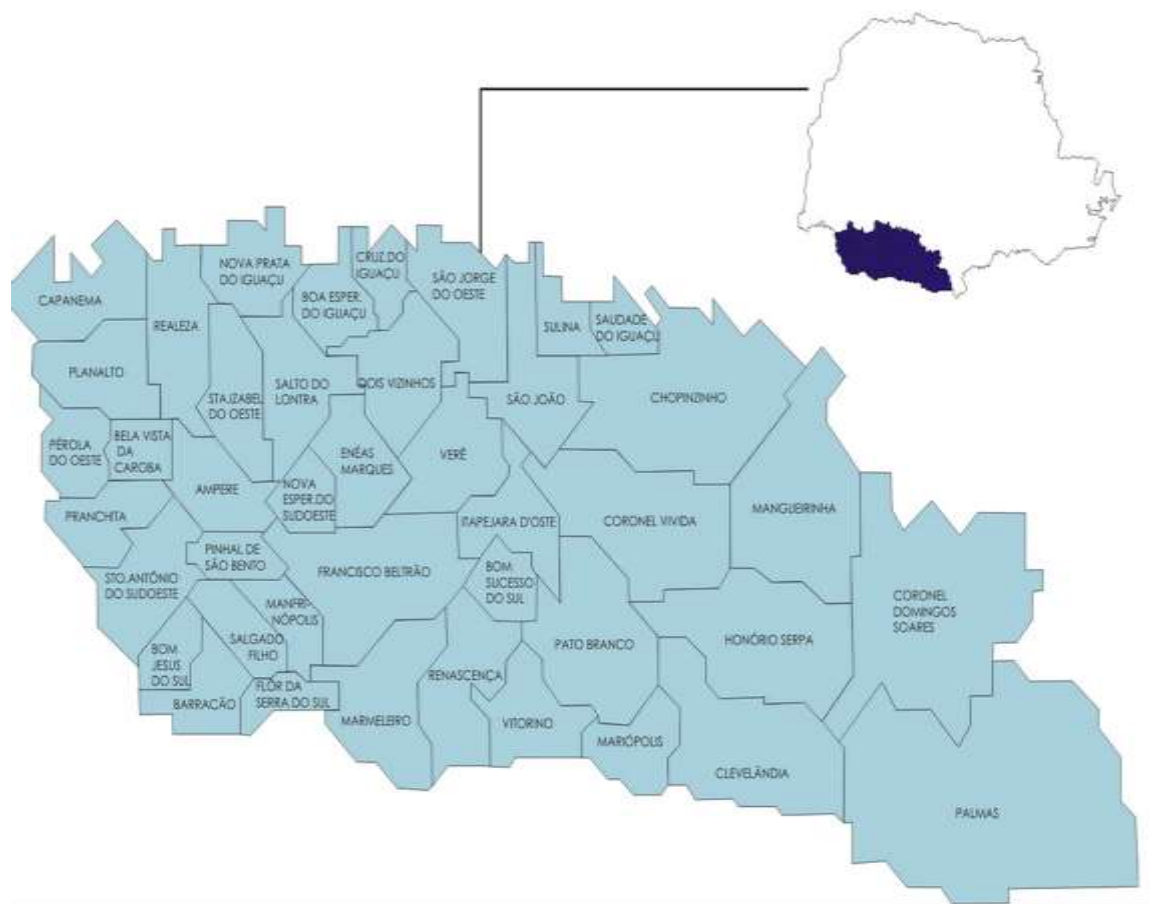


Figura 3 - Representação geográfica dos municípios pertencentes à região Sudoeste do Paraná
FONTE: APL (2015)

Detentora de 5,82% da área total do estado (11.645.792 Km²) residem na região Sudoeste do Paraná aproximadamente 522 mil habitantes (4,7% da população do estado) destes, 69,58% em áreas urbanas. No tocante finanças públicas, em 2013 os 42 municípios da região Sudoeste do Paraná concentraram R\$ 1,2 bilhão de reais em receitas municipais (4,9% do montante estadual) e R\$ 1,13 bilhão de reais em despesas; apresentando ao final do exercício um *superávit* aproximado de R\$ 700 milhões de reais (5,84% das receitas), superior quando comparado ao percentual de 0,47% obtido pelo estado (IBGE, 2010; IPARDES, 2015).

Quando comparada ao Estado, a região apresenta indicadores que justificam a necessidade de estudos em gestão dos gastos públicos e desenvolvimento regional. Exemplos desses são: a taxa de crescimento populacional (40,45%) e o Pib *Per Capita* (19,71%) inferiores a média do Estado. Em detrimento a região apresenta taxa de envelhecimento (8,34%) e percentual de idosos (9,13%) superiores a média apresentada no Estado (IBGE, 2010; IPARDES, 2015).

3.2 MÉTODOS DE ANÁLISE: ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS

Mensurar a eficiência dos gastos públicos municipais em prol do desenvolvimento é essencial no processo de verificação da adição de valor (efetividade das ações) na gestão pública. Com o auxílio da técnica de análise DEA é possível mensurar a eficiência dos municípios.

A DEA é classificada como uma técnica não paramétrica realiza comparações da eficiência de unidades produtivas através de programação linear. Costa (2012) caracteriza-a como um instrumento de análise que compara a eficiência otimizada com a eficiência alcançada, estabelecendo o indicador de eficiência da relação insumos/produtos das unidades analisadas.

Essa técnica avalia a eficiência relativa das unidades produtivas, o que permite uma percepção sobre o desempenho organizacional relativa, além de uma análise de *benchmarking* (MARINHO *et al* 2009; COSTA, 2012).

O modelo escolhido para mensurar a eficiência nos gastos públicos é multidimensional (múltiplos recursos e produtos), orientado ao produto (*output*) e com retornos constantes de escala (CCR). A escolha pelo modelo deve-se as características do estudo proposto, que atribui à gestão pública municipal através de sua função alocativa o papel de indutora do desenvolvimento pela melhoria do bem-estar da população com a oferta de bens e serviços oriundos da utilização dos recursos públicos.

Pressuposto da pesquisa, a correta alocação dos recursos financeiros produzirá melhores resultados, sendo a manutenção nos níveis de insumos e o aumento dos resultados os motivos da escolha do modelo CCR orientado ao produto.

Desenvolvido por Charnes *et al.* (1978), o modelo CCR considera que qualquer variação nas *inputs*, produzirá variações proporcionais nas *outputs*. Neste sentido, grande parte dos setores produtivos opera em retornos constantes de escalas por considerarem as ações de longo prazo nos processos de produção (MEZA *et al.*, 2005).

Ao mensurar eficiência no setor público, os autores Costa (2012) e Varela *et al.* (2009) sugerem utilizar o modelo orientado aos *outputs*, por trabalhar com orçamento, as gestões públicas municipais devem buscar ofertar o máximo de produtos e serviços possíveis, dentro das limitações orçamentárias propostas.

Estando orientado ao produto, o modelo DEA procura maximizar o aumento proporcional nos níveis de produto, mantendo fixa a quantidade de insumos. Utiliza

programação matemática para medir a eficiência em termos de distância de cada DMU (Unidades tomadoras de decisão) de sua respectiva fronteira de eficiência, determinada a partir dos dados da produção do conjunto de unidade (FONSECA; FERREIRA, 2009, p.205).

De acordo com Faria, Jannuzzi e Silva (2008, p. 158), a eficiência calculada pelo DEA é relativa e baseada em observações reais, ou seja, as DMUs têm seus desempenhos medidos por meio da comparação de seus resultados e dos seus insumos com os resultados e insumos das outras DMUs da amostra. As DMUs consideradas eficientes determinam uma fronteira de eficiência e possuem eficiência igual a um ou 100%. Assim, o DEA permite que se calcule a eficiência de cada DMU, ao realizar comparações entre as unidades do grupo analisado, no intuito de destacar as melhores dentro dele.

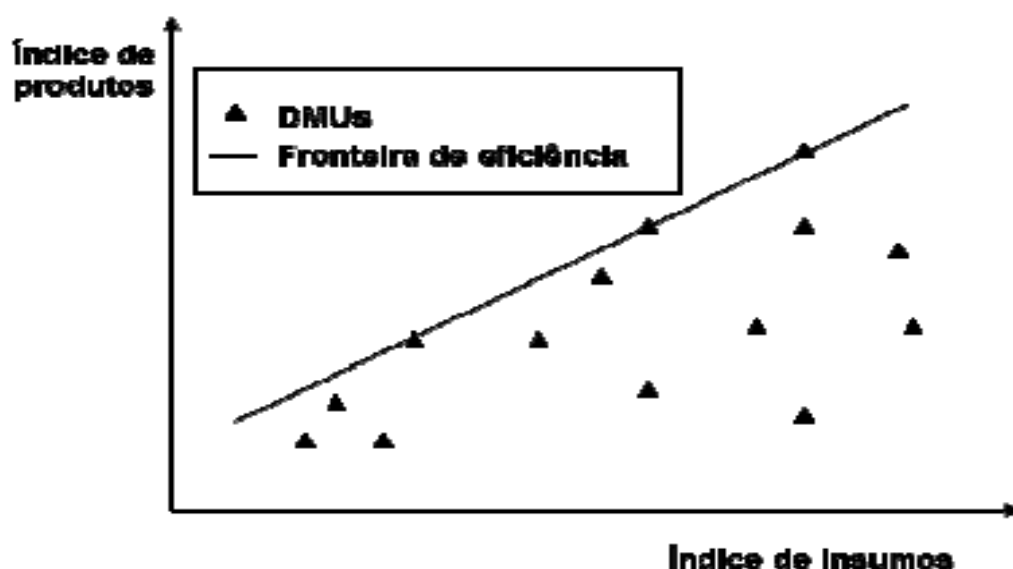


Figura 4 - Modelo de Fronteira de Eficiência DEA – CCR
FONTE: Yamada (2011)

Conjunto de DMUs no plano cartesiano, a partir dos insumos consumidos (eixo x) e dos resultados alcançados (eixo y) é possível observar as DMUs eficientes que compõem a fronteira de eficiência e a que distância da fronteira de eficiência está nas unidades ineficientes.

Operacionalmente, a ferramenta calcula automaticamente um índice combinado dos *inputs* e outro dos *outputs* de modo que maximizem o *score* de eficiência para então, gerar o *ranking* de eficiência das DMUs analisadas.

Para esta pesquisa foi utilizado o DEA-SAED (Software de Análises de Envoltória de Dados) desenvolvido por Surco (2004). A representatividade das saídas fornecidas pela ferramenta aos objetivos da pesquisa, segundo os autores, deve-se exclusivamente a atenção

dispensada pelo pesquisador na definição das variáveis do estudo. Seguindo as orientações para seleção de variáveis, disponíveis no tutorial (MEZA *et al.* 2005), descrevemos as variáveis selecionadas, a saber.

3.3 VARIÁVEIS DA PESQUISA

A seleção das variáveis *inputs e outputs* da pesquisa é pautada na representatividade e na disponibilidade de dados secundários para a região Sudoeste do Paraná. Oriundos das bases de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) correspondem aos anos de 2006, 2009 e 2012.

Dentre as possíveis variáveis e restrições de dados existentes, optou-se pela seleção das que possuíam maior volume de dados e que contemplassem a maior quantidade de municípios. Mesmo assim, a variável *output* atendimento da coleta de lixo não possui dados disponíveis para o ano de 2009, na ausência deste, utilizaremos o mais recente disponível (2010).

Variáveis representativas, as *inputs* despesas municipais por função: Trabalho, saneamento, urbanismo e gestão ambiental assim como as *outputs*: abastecimento de água, atendimento de esgoto e atendimento de coleta de lixo apresentaram dado zero para alguma DMU da série estudada. Na impossibilidade de inserir esses dados por limitação da ferramenta, optou-se por agrupar as variáveis de acordo com a proximidade de variáveis que influenciam diretamente o resultado estudado.

Com o objetivo de incorporar o efeito inflacionário aos dados, as variáveis *inputs e outputs* compostas por valores monetários sofreram correção monetária pelo indexador IGP-DI base dezembro/2012, a fim de corrigir possíveis erros de cálculo ao desconsiderar o fator tempo nos dados coletados.

Demonstrado os critérios, as opções e as restrições presentes no processo de seleção das variáveis, chegou-se a composição (Quadro dois):

Quadro 2 - Relação de variáveis selecionadas, unidade de medida e fonte para os anos de 2006, 2009 e 2012.

INPUT			OUTPUT		
Variável	Unidade de medida	Fonte	Variável	Unidade de medida	Fonte
Despesas de Capital Municipais - Investimentos	R\$ 1,00	Ipardes	Produto Interno Bruto	R\$ 1.000,00	Ipardes
Despesas Municipais por Função - Educação	R\$ 1,00	Ipardes	Matrículas no Ensino Regular - Rede Municipal	Núm. de Matrículas	Ipardes
			Docentes - Rede Municipal	Núm. de Docentes	Ipardes
			Estabelecimentos de Ensino - Rede Municipal	Núm. de Estabelecimentos	Ipardes
			Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental - Anos Iniciais	%	Ipardes
Despesas Municipais por Função - Trabalho	R\$ 1,00	Ipardes	Emprego (RAIS)	Núm. de Emprego	Ipardes
			Rendimento Médio (RAIS)	R\$ 1,00	Ipardes
Despesas Municipais por Função - Saúde	R\$ 1,00	Ipardes	Estabelecimentos de Saúde - Esfera Administrativa Municipal	Núm. de Estabelecimentos	Datasus
			Cobertura Vacinal	%	Datasus
Despesas Municipais por Função - Saneamento	R\$ 1,00	Ipardes	Abastecimento de Água	Unid. Atendidas	Ipardes
			Atendimento de Esgoto	Unid. Atendidas	Ipardes
Despesas Municipais por Função - Urbanismo	R\$ 1,00	Ipardes	Densidade Demográfica	Habitantes/km ²	Ipardes
Despesas Municipais por Função - Gestão Ambiental	R\$ 1,00	Ipardes	Atendimento de Coleta de Lixo	Unid. Atendidas	Datasus

FONTE: Dados da pesquisa, 2015.

Como *inputs* foram selecionados sete variáveis: uma variável de despesas de capital municipais (Investimentos) e seis variáveis de despesas municipais por função (Educação, Trabalho, Saúde, Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental).

A Resolução Conjunta No. 01 de 17 de Janeiro de 2013, das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, caracteriza a **input despesas de capital municipais – Investimentos** como as despesas municipais de capital realizadas no planejamento e execução de obras, inclusive a aquisição de imóveis, de instalações, de equipamentos e materiais permanentes, além das despesas que resultam na valorização de um bem público ou que se destinam a programas de fomento econômico, que possibilitem a geração de renda e que sejam empregados para obter nova produção. Como indicador de desempenho nos gastos públicos municipais em Investimentos se elegeu a variável **output Produto Interno Bruto (PIB)** expressa o valor global em moeda corrente, resultante da multiplicação do valor constante por um índice de preço. Representa o total de riqueza (bens e serviços) gerada por um período de tempo (geralmente de um ano) em um espaço geográfico (país, região, Estado ou município).

Sendo o investimento fator propulsor à ampliação dos espaços da localidade perante outras regiões e o PIB sinalizador do estágio de desenvolvimento de uma economia, a participação dos investimentos no PIB demonstra ser um importante componente financeiro na aceleração do ritmo de desenvolvimento de uma localidade. (BENETTI, 2006; IPARDES, 2015; PARANÁ, 2013).

As **inputs despesas municipais por função** procuram mostrar o quanto a cidade destina de recursos financeiros para determinadas áreas, sendo positivas para o desenvolvimento local. Com as mudanças introduzidas pela CF de 1988, os Municípios são “obrigados” a direcionar parcelas de seus gastos às áreas sociais, refletindo através da eficiência na alocação dos recursos públicos a preocupação do gestor com a oferta de bens e serviços a população. Assim, para cada variável *input* de despesas municipais por função elegeu-se variável (is) *output(s)* como indicador (es) de desenvolvimento local, descritas e justificadas a seguir. (IPARDES, 2015; DATASUS, 2015; SHIKIDA, 2009).

Para *outputs* foram selecionadas 13 variáveis correspondentes à produtos da alocação dos recursos públicos em Educação, Trabalho, Saúde, Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental. Partindo do pressuposto que a eficiência dos gastos públicos municipais repercute na maior oferta de bens e serviços à população e, conseqüentemente em indicadores de desenvolvimento.

Quadro 3 - Descrição das variáveis *outputs* por dimensão

DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO	Educação	Matrículas no Ensino Regular: Rede Municipal	Número de alunos matriculados e efetivamente frequentando o ensino regular (creche, pré-escola, fundamental, médio ou profissional).
		Docentes: Rede Municipal	Número de pessoas em atividades docentes em sala de aula.
		Estabelecimentos de Ensino: Rede Municipal	Número de estabelecimentos de ensino, sendo que o mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino.
		Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental	Proporção de alunos da matrícula total, nos anos iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª série/ 1º a 5º ano), no ano, que são aprovados.
		Justificativa: O Estado deve proporcionar educação de qualidade, a fim de garantir tanto o acesso quanto à permanência das crianças nas escolas. Isso é possível através do aumento dos gastos sociais em educação e/ou com a eficiência na aplicação dos recursos, possibilitando a criação de mecanismos de inclusão, como a melhoria na infraestrutura das escolas e/ou qualidade do ensino, fundamentais para o desenvolvimento. (SILVA et al, 2012; PNUD, 2007).	
	Trabalho	Empregos (RAIS)	Número de empregos (postos de trabalho) correspondente ao total de vínculos empregatícios ativos.
		Rendimento Médio (RAIS)	Resultado da massa salarial dividida pelo número de empregos. Integram essa remuneração os salários, ordenados, vencimentos, honorários, vantagens adicionais, gratificações, etc.. Exceto a remuneração do 13º salário.
		Justificativa: Esforços municipais na função trabalho fortalecem a expansão do emprego e a criação de novas oportunidades de trabalho. Ações na dimensão “trabalho” devem resultar em um número maior de trabalhadores formais com renda mensal igual ou superior a um salário mínimo, além da proteção em casos de perda do emprego, acidente de trabalho, gravidez, doença e incapacidade. Aumentado o poder aquisitivo e reduzindo os índices de pobreza e de desocupação da população (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2013).	
	Educação	Estabelecimentos de Saúde	Número de estabelecimentos de Saúde subordinados a esfera administrativa municipal.
		Cobertura Vacinal	Número de doses aplicadas da dose indicada (1ª, 2ª, 3ª dose ou dose única, conforme a vacina) dividida pela população alvo, multiplicado por 100.
		Justificativa: Eficiência na utilização dos recursos públicos da Saúde reflete na melhora das condições de vida da população, resultado da ampliação do acesso aos serviços e cuidados a Saúde disponível à população (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2013).	
	Saneamento	Abastecimento de Água	Número de unidades com abastecimento de água em, pelo menos, um cômodo do domicílio, decorrente da rede geral de distribuição, no caso pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).
		Atendimento de Esgoto	Número de unidades atendidas com escoadouro de banheiro ou sanitário de uso dos moradores do domicílio, em rede coletora, no caso pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).
		Justificativa: Eficiência na aplicação dos recursos públicos em saneamento resulta no maior acesso aos serviços (água e esgoto) e, consequentemente em melhores condições ambientais de saúde e higiene (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2013).	
	Urbanismo	Densidade Demográfica	Indicador que mostra como a população se distribui pelo território, sendo determinada pela razão entre a população e a área de uma determinada região.
		Justificativa: A densidade demográfica de uma localidade tem relação inversamente proporcional aos custos de infraestrutura (FIGUEIREDO, 2009). Assim, a eficiência na aplicação dos recursos públicos de urbanismo tem impacto direto nos custos da oferta de infraestrutura de uma localidade.	
	Gestão Ambiental	Atendimento de Coleta de Lixo	Número de domicílios com coleta de lixo em serviço de limpeza pública.
		Justificativa: Informações sobre a quantidade de lixo coletado são de extrema relevância, fornece indicador que pode ser associado tanto à saúde da população quanto à proteção do ambiente, pois resíduos não coletados ou dispostos em locais inadequados favorecem a proliferação de vetores de doenças e podem contaminar o solo e os corpos d'água (IBGE, 2010). A eficiência na aplicação desse recurso resulta na ampliação do acesso ao serviço, redução no custo do serviço, preservação ambiental e melhora na qualidade de vida da população.	

FONTE: Dados da pesquisa, 2015.

Realizada a coleta, correção monetária e organização, os dados foram tratados com a utilização do *software* livre DEA-SAED V1. 0 (*Software* de Análises Envoltória de Dados) desenvolvido por Surco (2004). Como saída, obteve-se os *scores* de eficiência das DMUs (42 municípios da região Sudoeste do Paraná) nos gastos públicos municipais. A eficiência é uma medida relativa na DEA e varia entre zero e um, sendo que as DMUs mais eficientes são representadas pelo valor um, ou 100. A título de padronização, a pesquisa utilizou como medida de eficiência o indicador 100.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. Inicialmente com a apresentação do panorama dos indicadores de desenvolvimento dos municípios da região Sudoeste do Paraná, através da análise descritiva das variáveis que compõem a pesquisa. Na sequência, a classificação do desempenho dos municípios a partir de seus escores de eficiência. Por fim, a análise do desperdício de dinheiro público pela ineficiência na função alocativa dos municípios.

4.1 PANORAMAS DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

Decorrente da amplitude assumida pela pesquisa dar-se-á início a análise e discussão dos resultados pela análise descritiva dos dados (tabela 1) que compõem o estudo.

Num universo composto por 126 DMUs (42 municípios em uma série temporal composta por três observações) e 15 variáveis de estudo (4 *inputs* e 11 *outputs*) compreender os dados que compõem a pesquisa é de extrema importância para a qualidade da análise e discussão dos resultados obtidos.

Com base nos valores mínimo e máximo descritos, os gastos públicos realizados pelos municípios variam entre 2,3 milhões e 163,7 milhões de reais. Em média, cada elemento que compõe a pesquisa utilizou 18,8 milhões de reais por período em investimentos e no custeio das atividades.

Neste contexto, destacam-se os municípios de Pato Branco (2012) e Pinhal de São Bento (2006). Pato Branco (2012) como o município que realizou a maior aplicação de recursos públicos financeiros (161,9 milhões de reais) obtendo o maior número de máximo em oito (3 *inputs* e 5 *outputs*) das 15 variáveis estudadas a saber: Investimentos; Saúde; Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental; Produto Interno Bruto; Empregos – RAIS; Estabelecimentos de Ensino- Rede Municipal; Densidade Demográfica; Abastecimento de água, Atendimento de Coleta de Lixo e Atendimento de Esgoto.

Ao extremo encontra-se o município de Pinhal de São Bento (2006), com a menor aplicação de recursos públicos financeiros (2,6 milhões de reais) obtendo o valor mínimo em quatro (2 *inputs* e 2 *outputs*) das 15 variáveis estudadas, sendo: Saúde; Educação e Trabalho; Produto Interno Bruto; Empregos – RAIS.

Analisando sob a égide populacional (Censo, 2010) Pato Branco é o segundo município da região em número de habitantes (72.720) com a maior densidade populacional da região (137,2 Habitantes/Km²) já, Pinhal de São Bento é o município com o menor número de habitantes (2.625) da região e densidade populacional (23,92 Habitantes/Km²) abaixo da média (34,28 Habitantes/Km²) encontrada para a região, fatores esses podem explicar o volume díspar de recursos públicos financeiros aplicados pelos municípios.

Tabela 1 - Estatística descritiva das variáveis utilizadas para mensurar a eficiência nos gastos públicos dos municípios da região Sudoeste do Paraná em 2006,2009 e 2012

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
Despesa de Capital Municipal: Investimentos	R\$ 223050,94	R\$ 29784691,77	R\$ 3372135,34	R\$ 4093940,01
Despesas Municipais por Função: Saúde	R\$ 591314,00	R\$ 63653108,03	R\$ 6008855,49	R\$ 9057591,97
Despesas Municipais por Função: Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental.	R\$ 39678,19	R\$ 31415285,34	R\$ 3209090,73	R\$ 5001865,80
Despesas Municipais por Função: Educação e Trabalho	R\$ 1408829,83	R\$ 38811495,56	R\$ 6124988,60	R\$ 6534212,83
Produto Interno Bruto (PIB)	R\$ 19669,11	R\$ 1833498,00	R\$ 239523,89	R\$ 323497,17
Empregos (RAIS)	189,00	25768,00	2603,02	4444,23
Rendimento Médio (RAIS)	R\$ 777,12	R\$ 1664,11	R\$ 1110,12	R\$ 141,62
Matrículas no Ensino Regular: Rede Municipal	296,00	8305,00	1490,18	1690,81
Docentes: Rede Municipal	13,00	450,00	80,37	82,61
Estabelecimentos de Ensino: Rede Municipal	1,00	37,00	8,81	7,82
Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental: Anos Iniciais	71,30	99,80	93,38	5,33
Estabelecimentos de Saúde: Esfera Administrativa Municipal	1,00	40,00	7,99	6,78
Cobertura Vacinal	26,43	135,13	77,64	11,21
Densidade Demográfica	4,66	137,10	34,28	23,96
Abast. de Água, Atend. de Coleta de Lixo e Atend. de Esgoto	341,00	59644,00	7009,33	11349,93

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

Descrito por Benetti (2006), o investimento como fator propulsor à ampliação dos espaços da localidade perante outras regiões e o PIB sinalizador do estágio de desenvolvimento de uma economia, a participação dos investimentos no PIB demonstra ser um importante componente financeiro na aceleração do ritmo de desenvolvimento de uma localidade. Neste prisma, dos municípios pesquisados desponta o município de Pato Branco, por possuir indicador máximo em diversas variáveis, dentre elas: investimentos e Produto Interno Bruto.

Além da disponibilidade de recursos, o desenvolvimento dos municípios depende da habilidade dos gestores em alocá-los de maneira eficiente. Em um ambiente de recursos financeiros públicos limitados e de demandas sociais crescentes, a eficiência destaca-se pelo seu efeito propulsor no processo de desenvolvimento, além de produzir mais utilizando menos recursos, a gestão pública através da função alocativa e do processo produtivo, busca atender as diferentes necessidades existentes num processo de desenvolvimento. Assim, o poder de realização de uma gestão está diretamente ligado a potencialização de ações, fruto da eficiência na função alocativa municipal.

Conhecidas as variáveis que compõem a pesquisa e, tendo por objetivo analisar a eficiência dos gastos públicos na promoção do desempenho de indicadores do desenvolvimento dos municípios da região Sudoeste do Paraná entre 2006 e 2012, com o auxílio da ferramenta (DEA) obteve-se os escores de eficiência dos municípios pesquisados, apresentados no Apêndice B.

Descrita as variáveis e obtidos os escores de eficiência nos gastos públicos municipais, neste momento (tabela 2) apresenta-se a estatística descritiva dos escores de eficiência dos municípios da região Sudoeste do Paraná, para os anos de 2006, 2009 e 2012.

Tabela 2 - Estatística descritiva dos escores de eficiência dos municípios pesquisados (%)

Métrica/Ano	2006	2009	2012
Mínimo	73,26	66,53	51,62
Máximo	100,00	100,00	100,00
Média	95,60	92,64	79,17
Desvio Padrão	6,97	9,75	13,90

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

Ao analisar os escores de eficiência obtidos pelos municípios nos anos pesquisados (2006, 2009 e 2012), perceber-se a inexistência de indicadores de melhora, apenas a manutenção dos valores máximos e redução nos valores mínimo e média resultando na maior dispersão dos dados em relação à média (desvio padrão).

Em relação à métrica mínima, nota-se redução significativa de eficiência na aplicação dos recursos financeiros públicos na ordem de 29,54% ao longo do período (2006-2012). Em 2006 os municípios de Chopinzinho (73,26%), São Jorge d'Oeste (77,98%), Saudade do Iguaçu (82,57%), Nova Esperança do Sudoeste (85,31%) e Vitorino (85,60%) obtiveram os maiores índices de ineficiência. Em 2009, destacam-se os municípios de Nova Prata do Iguaçu (66,53%), Chopinzinho (68,83%), Santa Izabel do Oeste (72,28%),

Manfrinópolis (76,16%) e Planalto (78,99%). Já, no ano 2012 os menores desempenhos foram obtidos pelos municípios de Bom Jesus do Sul (51,62%), Nova Prata do Iguaçu (52,79%), Nova Esperança do Sudoeste (53,47%), Salgado Filho (55,42%) e São Jorge d'Oeste (55,91%).

Ao nominar os 15 menores escores de eficiência é possível observar que estes contemplam apenas 11 municípios. Os municípios de Chopinzinho, São Jorge d'Oeste, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu obtiveram escore de produtividade ineficiente em dois dos três períodos estudados.

4.2 CLASSIFICAÇÃO DO DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS A PARTIR DE SEUS ESCORES DE EFICIÊNCIA

Com a finalidade de melhorar a compreensão dos níveis de eficiência dos gastos públicos nos municípios da região Sudoeste do Paraná, optou-se por estabelecer categorias e classificar as DMUs em função de seus escores. Assim, as performances dos municípios foram rotuladas como: Eficiência; Ineficiência fraca; Ineficiência moderada e Ineficiência forte (tabela 3).

Consequência da redução do mínimo e da média, somada ao aumento no desvio-padrão (tabela 2) observa-se uma significativa redução no percentual de DMUs eficientes. Dos 42 municípios pesquisados nos anos de 2006, 2009 e 2012 obtiveram escore máximo 25, 22 e 5 municípios respectivamente.

Tabela 3 – Classificação do desempenho dos municípios com base nos escores de eficiência (DEA) para 2006, 2009 e 2012

CRITÉRIOS	2006		2009		2012	
	Unidades	%	Unidades		Unidades	%
Eficientes ($\theta = 100$)	25	59,52	22	52,38	5	11,90
Ineficiência Fraca ($80 \leq \theta < 100$)	15	35,71	15	35,71	18	42,86
Ineficiência Moderada ($60 \leq \theta < 80$)	2	4,76	5	11,90	13	30,95
Ineficiência Forte ($\theta < 60$)	0	0,00	0	0,00	6	14,29

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

A classificação das DMUs por categoria demonstra existência de tendência (figura 4) voltada para redução da eficiência municipal nos gastos públicos ao longo do período estudado. Chama atenção os indicadores obtidos para 2012, quando comparado aos anos de 2006 e 2009 observa-se além de acentuado declínio no número de municípios considerados

eficientes nos gastos públicos, o acréscimo no número de municípios classificados na categoria ineficiência moderada e o aparecimento de seis municípios com grau de ineficiência forte (tabela 3).

Consequência da ineficiência nos gastos públicos municipais, o acréscimo no número de municípios com desperdício superior a 20% dos recursos aplicados passa de 4,76% (2006) para 11,90% (2009) chegando ao montante de 45,24% em 2012. Se somados aos percentuais de ineficiência fraca (desperdício entre 1% e 20%), esses valores alteram para 40,47%, 47,61% e 88,10% respectivamente. Ou seja, a redução de 17,18% no escore médio de eficiência (de 95,6% para 79,17%) dos municípios ao longo do período resultou num acréscimo de 117,69% no número de municípios (de 17 para 37) que realizam algum desperdício de recursos financeiros públicos entre 2006-2012.

Num contexto de recursos limitados e demandas crescentes esses dados reforçam a importância da governança na gestão pública e vêm de encontro à constatação realizada por Tavares (2008) em seu estudo sobre os padrões distintos de desenvolvimento na região Sul do Brasil, onde a má gestão dos recursos públicos pode vir a diminuir o bem-estar da população e aumentar as desigualdades socioeconômicas. Uma vez que o governo local desempenha importante papel na promoção do desenvolvimento, especialmente após a descentralização do poder e das responsabilidades promovida pela CF de 1988 e pela Reforma do Estado em 1995, a alocação dos recursos financeiros torna-se para o gestor municipal o principal instrumento de promoção do desenvolvimento ou de desigualdades.

Considerando a tendência encontrada no período e os indicadores obtidos para o ano de 2012 (Figura 5), Rezende (2001) chama atenção para a existência de falhas na gestão, sinalizando a necessidade de uma postura reativa da Administração Pública frente à revisão dos critérios de alocação dos recursos financeiros em prol da oferta de serviços públicos de qualidade para atendimento das demandas sociais, na busca pela superação das desigualdades e melhoria na qualidade de vida nos municípios.

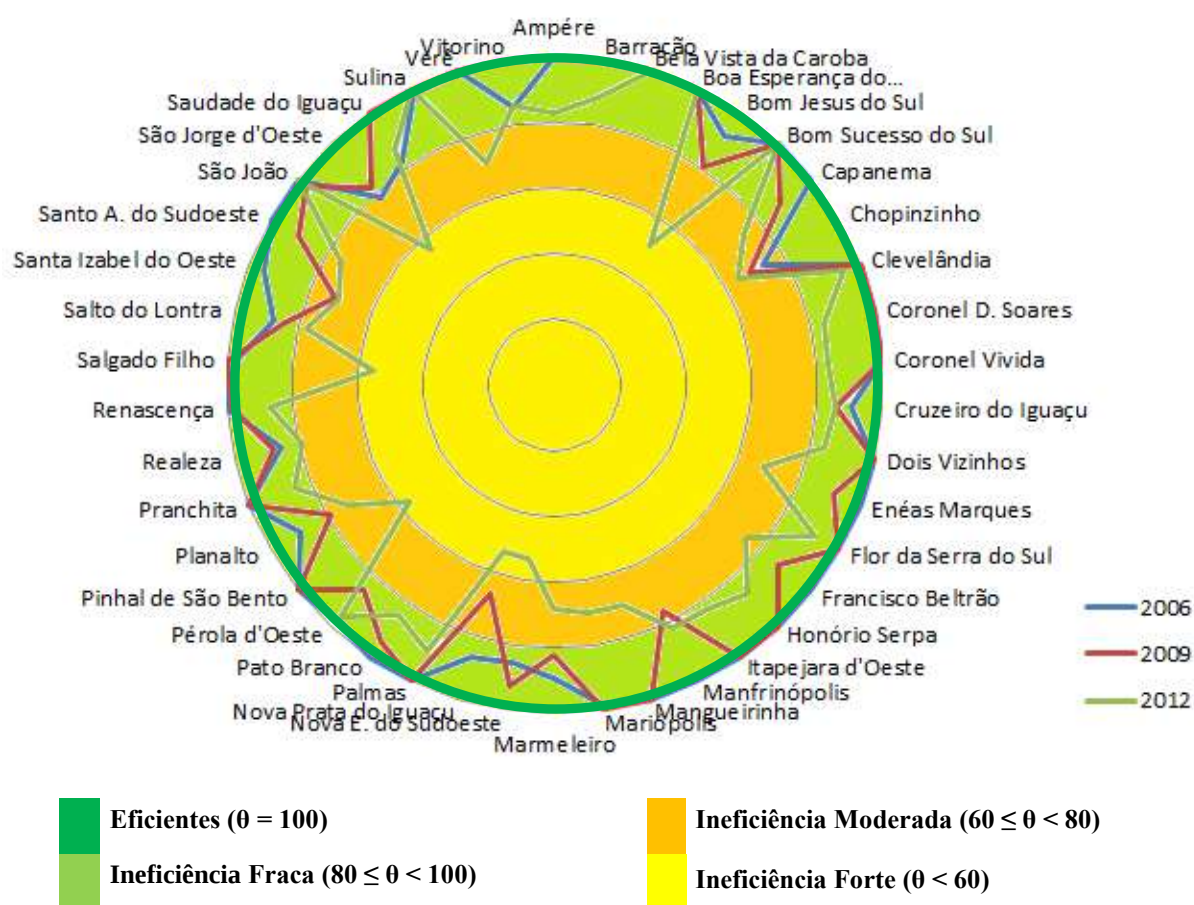


Figura 5 – Radar da eficiência na aplicação dos recursos financeiros, por ano

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

Analisando a flutuação dos escores de desempenho das DMUs (por período e por município) com relação às categorias utilizadas para classificar os municípios, nota-se que dos 42 municípios objetos da pesquisa apenas seis mantiveram um comportamento constante (mesma categoria) nos períodos estudados, sendo 03 na categoria eficiente (Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu e Bom Sucesso do Sul); dois na categoria ineficiência fraca (Cruzeiro do Iguaçu e Pérola d'Oeste) e um na categoria ineficiência moderada (Chopinzinho).

Outros 24 municípios sofreram uma alteração de categoria ao longo do período analisado. Destes, 12 perderam o status de eficiente que possuíam nos anos de 2006 e 2009 para ineficiência fraca em 2012 sendo: Ampére, Barracão, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Dois Vizinhos, Flor da Serra do Sul, Honório Serpa, Itapejara d'Oeste, Manguieirinha, Palmas e Pranchita; outros dois municípios (Pato Branco e Renascença) assumiram a categoria ineficiência fraca ainda em 2009. Dos demais, 06

municípios trocaram a categoria ineficiência fraca para moderada sendo: 02 municípios (Planalto e Santa Izabel do Oeste) em 2009 e 4 municípios em 2012 (Capanema, Marmeleiro, Realeza e Salto do Lontra). Com acentuado declínio em seu potencial de aplicação dos recursos financeiros públicos, os municípios de Pinhal de São Bento e Verê considerados eficientes (2006 e 2009), assumem o status de ineficiência forte; assim como os municípios de Bom Jesus do Sul e Nova Esperança do Sudoeste que migraram da categoria de ineficiência fraca (2006 e 2009) para ineficiência forte em 2012. Em destaque o município de Sulina, o único município que sofreu alteração positiva de categoria, em 2006 deixa a categoria ineficiência fraca, assume e mantém o status de eficiente em 2009 e 2012.

Com duas alterações de categoria, 12 municípios: Enéas Marques, Francisco Beltrão e Santo Antônio do Sudoeste apresentaram comportamento linear regressivo (Eficiência, Ineficiência Fraca e Ineficiência Moderada); Nova Prata do Iguaçu delineou perca de eficiência acentuada, deixando as categorias ineficiência fraca (2006) e ineficiência moderada (2009) chegando ao escore de ineficiência forte em 2012. Com comportamento não linear há sete municípios (Manfrinópolis, Mariópolis, Salgado Filho, São João, São Jorge d'Oeste, Saudade do Iguaçu e Vitorino), apenas Saudade do Iguaçu apresentou melhoria (3,95%) entre os escores.

Realizada a classificação dos municípios (por ano) nas categorias preestabelecidas e, observadas as flutuações dos escores municipais no período estudado (2006-2012), a pesquisa parte para o cálculo, classificação e agrupamento dos escores médios de eficiência (Apêndice C), com o desígnio de vislumbrar o desempenho global dos municípios bem como detectar para futura análise os municípios que se apresentam como benchmarking (sustentabilidade no escore de eficiência entre 2006-2012) e os que apresentam os menores escores para a série, com os escores médios é possível vislumbrar os extremos, ponto de interesse da pesquisa.

No rol das DMU's consideradas **eficientes**, três municípios (7,15%) obtiveram escore máximo ($\theta = 100$) nos três períodos, a saber: Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu e Bom Sucesso do Sul, sugerindo a existência de uma gestão sustentável pautada na otimização da aplicação dos recursos financeiros públicos ao longo dos anos.

Outros 32 municípios mantiveram um grau de **ineficiência fraca** ($80 \leq \theta < 100$) entre 2006-2012. Desses, 50% foram eficientes em dois dos três períodos estudados, sendo: Ampere, Barracão, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Dois Vizinhos, Flor da Serra do Sul, Honório Serpa, Itapejara d'Oeste, Mangueirinha, Palmas, Pinhal de São Bento, Pranchita, São João, Sulina e Verê. Deste grupo, apenas os municípios de São João e

Sulina contrariaram a tendência (redução da eficiência ao longo do período), obtendo escore máximo ($\theta = 1$) no ano de 2012.

Com **ineficiência moderada** ($60 \leq \theta < 80$) entre 2006-2012, 7 municípios (Bom Jesus do Sul, Chopinzinho, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Santa Izabel do Oeste e São Jorge d'Oeste) obtiveram escores médios que variam entre 68,76 e 79,82. Destes, apenas dois municípios (Nova Esperança do Sudoeste e São Jorge d'Oeste) não seguiram a tendência (redução da eficiência ao longo do período), apresentando no ano de 2009 aumentos em seus escores.

No ano de 2012 seis municípios (Bom Jesus do Sul, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pinhal de São Bento, Salgado Filho e São Jorge d'Oeste) obtiveram eficiência inferior a 60%, apresentando ineficiência forte nos gastos públicos, mas, para o período (2006-2012) não se verifica a existência de municípios com escore médio de **ineficiência forte** ($\theta < 60$) sendo, 68,76 o menor escore médio obtido para o período (2006-2012) pertencente ao município de Nova Prata do Iguaçu.

Na tentativa de compreender a relação existente entre volume de recursos aplicados e (in)eficiência nos gastos públicos dos 42 municípios elegeu-se 10 municípios como referência para fins comparativos: os três municípios (Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Sudoeste e Bom Sucesso do Sul) considerados eficientes ($\theta = 1$) e os sete municípios (Marmeleiro, Santa Izabel do Oeste, Nova Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, São Jorge d'Oeste, Chopinzinho e Nova Prata do Iguaçu) com os maiores escores médios de ineficiência entre 2006-2012.

Estudos como os realizados por Costa (2012) e Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014) apontam fatores que podem explicar os escores obtidos pelos municípios. Sendo a premissa: Municípios de pequeno porte populacional tem a aproximação da Administração Pública e dos cidadãos favorecida, possibilitando maior participação popular, mas em sua grande maioria, possuem estruturas administrativas frágeis que interfere diretamente na qualidade dos bens ofertados e serviços realizados à população. Essa aproximação pode fomentar pressão social sobre a oferta de serviços públicos e infraestrutura, demandando da gestão pública a oferta em curto prazo de serviços ligados diretamente a percepção da qualidade de vida. Essa percepção influencia a gestão e, em alguns casos, induz a tomada de decisão sem considerar a eficiência nos gastos públicos para a oferta, haja vista o alto custo político associado ao não atendimento das demandas.

De acordo com o IBGE (2010), todos os municípios analisados (tabela 4) são classificados como de pequeno porte (até 20 mil habitantes) não permitindo assim comparação entre o poder de realização nos diferentes portes populacionais. Dos quatro municípios com população até cinco mil habitantes, três se mostraram eficientes ($\Theta=100$) entre 2006-2012 já, os quatro municípios com população superior a 10 mil habitantes apresentaram grau de ineficiência moderada ($60 \leq \theta < 80$), sugerindo que na região Sudoeste do Paraná, tomando-se como base os dez municípios destacados, a proximidade entre gestão pública e sociedade civil tem efeito positivo sobre a eficiência a ponto de neutralizar possíveis fragilidades existentes nas estruturas administrativas bem como a pressão social no processo de tomada de decisão, prezando pela eficiência nos gastos públicos municipais.

Tabela 4- Número de habitantes e grau de eficiência dos municípios

Município	Θ médio de Eficiência (%)	Número de habitantes (Unidade)
Bela Vista da Caroba	100	3945
Boa Esperança do Iguaçu	100	2764
Bom Sucesso do Sul	100	3796
Marmeleiro	79,8	13900
Santa Izabel do Oeste	79,4	13132
Nova Esperança do Sudoeste	77,2	5098
Bom Jesus do Sul	74,6	3796
São Jorge d'Oeste	72,0	9085
Chopinzinho	68,9	19679
Nova Prata do Iguaçu	68,8	10377

FONTE: Dados da Pesquisa (2015); IBGE (2010).

Ao planejar os gastos públicos, o Estado manifesta seu interesse em promover desenvolvimento, ao passo que concentra a alocação de recursos em áreas chaves como educação, saúde preventiva, habitação, saneamento e qualificação profissional, demonstrando a prioridade na prestação de serviços públicos e a realização de investimentos em áreas de promoção social (COSTA, 2011).

Neste quesito, observa-se (tabela 5) um comportamento similar entre os municípios, independente do grau médio de eficiência obtido na pesquisa, 70% dos municípios tem como áreas prioritárias: Saúde, Educação e Trabalho, para as quais dispõem de aproximadamente 65% do montante alocado. Não sendo a distribuição dos recursos financeiros, fator determinante da eficiência nos gastos públicos dos municípios, utilizarão esses dados a seguir

para vislumbrar a relação entre volume de recursos aplicados, área prioritária e desperdício de recursos (tabela 7).

Tabela 5 - Distribuição dos recursos financeiros por função (%)

Município	Θ médio de Eficiência	Investimento	Saúde	Saneamento, Urbanismo e G. Ambiental	Educação e Trabalho
Bela Vista da Caroba	100	18,85	34,26	12,70	34,19
Boa Esperança do Iguaçu	100	15,52	33,83	19,57	31,07
Bom Sucesso do Sul	100	41,51	24,14	11,70	22,64
Marmeleiro	79,8	19,11	31,83	16,50	32,55
Santa Izabel do Oeste	79,4	19,94	33,20	14,55	32,30
Nova Esperança do Sudoeste	77,2	26,66	28,46	13,97	30,91
Bom Jesus do Sul	74,6	30,97	24,91	14,09	30,04
São Jorge d'Oeste	72,0	30,38	26,49	15,67	27,46
Chopinzinho	68,9	18,29	26,65	17,06	38,00
Nova Prata do Iguaçu	68,8	17,87	31,32	13,21	37,61

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

4.3 ANÁLISES DA PROJEÇÃO E DESPERDÍCIO NA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PÚBLICOS

Além de fornecer os escores de eficiência, o modelo DEA disponibiliza informações dos resultados esperados das DMUs ineficientes, permitindo observar qual o volume ideal de *inputs* e *outputs* para tornar a unidade eficiente.

Tabela 6- Gasto Público: Ineficiência na aplicação e desperdício de recursos financeiros públicos

Município	Eficiência (%)	Ineficiência (%)	Gasto Público		
			Observado (R\$)	Projetado (R\$)	Desperdício (%)
Marmeleiro	79,80	20,20	49909949,38	44917970,88	10,00
Santa Izabel do Oeste	79,40	20,60	44250952,16	40470918,40	8,54
Nova Esp. do Sudoeste	77,20	22,80	29422129,76	23848484,22	18,94
Bom Jesus do Sul	74,60	25,40	26063245,06	18915691,09	27,42
São Jorge d'Oeste	72,00	28,00	52396591,19	39841233,56	23,96
Chopinzinho	68,90	31,10	92086036,27	81727797,85	11,25
Nova Prata do Iguaçu	68,80	31,20	41679725,60	40683527,15	2,39

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

No inventário dos municípios com escores médios de eficiência nos gastos públicos inferior a 80% destacam-se os municípios com maior desperdício de recurso entre 2006-2012 (tabela 6).

Com 20,20% em ineficiência nos gastos públicos, **Marmeleiro** é o terceiro município dentre os sete com maior escore médio de eficiência em desperdício de dinheiro público (10% do montante aplicado).

Através da distribuição dos recursos financeiros no período pode-se observar que a gestão pública do referido município concentra suas ações nas áreas de Saúde; Educação e Trabalho com aproximadamente 65% do montante.

Inversamente a lógica de distribuição dos recursos financeiros, o desperdício concentra-se nas funções Investimentos (65,67%) e Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental (34,33%).

Comparado aos demais municípios e a ele mesmo, se aplicado de maneira eficiente os recursos financeiros, além da redução no montante de *inputs* em 10% (R\$ 4991987,50) poderia ter gerado 3819 novos postos de trabalho (acréscimo de 80,52%), incremento em 44,58% no PIB, acréscimo de 48,93% na taxa de cobertura vacinal, ofertado nove novos estabelecimentos de saúde (45,45%) e 10 novos estabelecimentos de ensino (42,08%) no período.:

Quando comparada a Marmeleiro, **Santa Izabel do Oeste** apresenta indicadores de ineficiência nos gastos públicos (20,20% e 20,60% respectivamente) e desperdício de dinheiro público (10% e 8,54% respectivamente) similares, assim como as áreas de interesse da gestão pública (Saúde; Educação e Trabalho).

No quesito desperdício de dinheiro público, além das funções investimentos (27,59%); Saneamento; Urbanismo e Gestão Ambiental (16,79%) o município apresentou também na função Saúde (1,80%).

Se eficiente, além de economizar aproximadamente 3,8 milhões de reais, o município poderia ter ofertado os cidadãos um aumento no rendimento médio dos trabalhadores de 54,99%. Na Educação, um acréscimo de 40,95% no número de matrículas no ensino regular além de melhor a taxa de aprovação em 47,34%, sinalizando melhorias tanto na quantidade quanto na qualidade dos indicadores escolares. Além de melhorias nos demais indicadores de desenvolvimento.

Nova Esperança do Sudoeste é o terceiro na lista dos sete municípios com escore médio de ineficiência moderada (22,80%), com 18,94% (R\$ 5573645,54) de desperdício nos recursos financeiros públicos aplicados no período estudado.

Ao contrário de Bom Jesus do Sul e São Jorge d'Oeste, Nova Esperança tem como área prioritária da gestão pública a função Educação e Trabalho, seguida por Saúde; Investimentos; Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental.

No quesito total de recursos financeiros públicos dispensados sem utilização eficiente, o montante (R\$ 5573645,54) foi desperdiçado 11,75% em 2006, 56,38% em 2009 e 31,87% em 2012.

Analisando pela função alocativa no que tange o volume de recursos financeiros destinados (áreas prioritárias) e volume de desperdício por função (Investimentos; Saúde; Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental; Educação e Trabalho) a função Educação e Trabalho concentra além do maior volume de recursos financeiros aplicados o desperdício zero, sendo a única função gerida eficientemente pela gestão pública municipal no período 2006-2012.

As funções Investimentos; Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental concentram o menor montante (aproximadamente 12 milhões de reais) de recursos financeiros públicos (40,63%) com o maior desperdício 88,09% (66,42% e 21,67% respectivamente) do montante apurado para o município no período pesquisado. Sugerindo a necessidade de maior atenção as funções de menor interesse, uma vez que estão contribuindo significativamente na redução do grau de eficiência. Se gerido de maneira eficiente R\$ 7 milhões produziriam o mesmo resultado, repercutindo na economia de R\$ 5 milhões, recursos estes, que poderiam ser alocados em prol da melhoria da qualidade de vida da população.

Além do desperdício, o município deixou de proporcionar um aumento na produção de diversos *outputs*, a saber: 46,59% no PIB; 119% no número de estabelecimentos de ensino; 37,28% no número de estabelecimentos de saúde; 41,11% o número de vagas de trabalho; 40,11% o rendimento médio dos trabalhadores (RAIS); 82,31% no número de matrículas na rede municipal de ensino; 33,08% no número de docentes na rede municipal de ensino; 54,11% na cobertura vacinal; além da melhoria na taxa de aprovação das séries iniciais em 42,43%.

Bom Jesus do Sul (tabela 6) com percentual médio de ineficiência de 25,40% apresentou desperdício de 27,42% dos recursos financeiros aplicados pela gestão municipal entre 2006-2012. Dentre as áreas prioritárias da gestão (Investimentos; Educação e Trabalho)

apontadas pelo volume de recursos aplicados (tabela 5), os investimentos representou 65,29% (R\$ 4666541,10) do total de recursos gastos e não utilizados em prol da valorização de um bem público ou a programas de fomento econômico, que possibilitem a geração de renda e que sejam empregados para obter nova produção, deixando de ofertar quatro novos estabelecimentos de ensino (35,33%), cinco novos estabelecimentos de Saúde municipal (58,67%). Outro indicador de desempenho na aplicação dos recursos públicos municipais em investimentos é a variável *output* Produto Interno Bruto (PIB) com o desperdício deixou de produzir um acréscimo de 58,69%. A função educação e trabalho não apresentou desperdício de recurso público entre 2006-2012.

Na sequência, com 21,14% de ineficiência no input Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental reduziu o acesso aos serviços de fornecimento de água, tratamento de esgoto e coleta de lixo em 115,16% e, conseqüentemente na melhora das condições ambientais pela correta destinação dos rejeitos bem como na saúde da população, pois, resíduos não coletados e dispostos em locais inadequados fomentam a proliferação de vetores e podem contaminar o solo e os corpos d'água (IBGE, 2010).

Com desperdício de R\$969954,39 (13,57%) na função Saúde, o município em questão deixou de ampliar em 70,47% a cobertura vacinal, reduzindo o número de doses aplicadas. Limitando o acesso aos serviços e cuidados a Saúde a gestão pública está interferindo diretamente na qualidade de vida da população.

No que tangencia os escores obtidos pelo município, pode-se observar que reduzir o percentual de desperdício dos recursos financeiros em 2012 não foi suficiente para garantir a melhoria no indicador de eficiência de modo que, no conjunto, o esforço realizado por Bom Jesus do Sul não trouxe essa melhoria quando comparado ao conjunto de observações.

Reafirmando que a eficiência na alocação dos recursos financeiros é fruto da racionalização dos recursos (melhor relação insumo/produto) e da efetividade das ações (melhoria no bem-estar da população).

São Jorge d'Oeste (tabela 6) apresentou ineficiência média de 28% nos gastos públicos entre 2006-2012. Tem por áreas prioritárias de alocação de recursos públicos municipais Investimentos; Saúde; Educação e Trabalho. Com 23,96% do total de recursos financeiros públicos aplicados de maneira ineficiente na melhoria da qualidade de vida da população, assim como em Bom Jesus do Sul a *input* investimentos representou R\$ 10055013,79 (80,09%) do montante, seguido por 17,30% em Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental e 2,61% em Saúde, foram as variáveis responsáveis pelo desperdício.

Como indica os dados, em 2012 o município amargou além da significativa redução (31,80%) no escore de eficiência quando comparado a 2009 o acréscimo no volume de recursos financeiros públicos aplicados de maneira ineficiente na gestão pública, do montante desperdiçado 81,09% ocorreu no referido ano.

De maneira geral, com a ineficiente aplicação dos recursos financeiros, o município deixou de gerar um incremento 93,08% em matrículas no ensino regular, 67,48% no número de estabelecimentos de ensino, no fornecimento de água e coleta de esgoto e lixo em 57,36%, de 50,91% no rendimento médio e, aproximadamente 50% no número de docentes na rede pública de educação em esfera administrativa municipal. Informações sugerem que além de não melhorar e expandir o aparelhamento público o município ainda deixa de realizar atividades rotineiras de maneira eficiente, reduzindo quantitativamente e o acesso aos bens e serviços públicos municipais.

Chopinzinho compõe o roll de municípios que aplicam grande parte dos seus recursos financeiros em Educação, Trabalho e Saúde. Além de apresentar escore médio de ineficiência de 31,10% quando comparado aos demais municípios e a ele mesmo no período (2006-2012), o município gastou sem necessidade para obter o resultado aproximadamente 10,4 milhões de reais (11,25% do montante), esse montante foi partilhado entre as variáveis Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental (59,64%) e Investimentos (40,36%).

Além de exceder o montante de dinheiro necessário para a oferta de bens e serviços, o município deixou de proporcionar à população infraestrutura (23 estabelecimentos de saúde e 30 novas escolas) além de serviços públicos (60,71% em matrículas no ensino regular, 122,10% nas doses de vacina, 47,15% em serviços de saneamento).

Por sua vez, **Nova Prata do Iguaçu** foi o município mais ineficiente no período (31,20%) dentre os pesquisados. No grupo dos sete municípios com escore de eficiência moderada ($60 \leq \theta < 80$) foi o que apresentou o menor desperdício de dinheiro público (2,39%). Exceto Educação e Trabalho as demais variáveis *inputs* pesquisadas apresentaram alocação em excesso de recurso financeiro público no período.

Ao analisar a oferta de bens e serviços públicos realizados pelo município é possível observar que todas as variáveis *outputs* que compõem a pesquisa foram ofertados em quantidades inferiores ao desejado que variem entre 82,73% (estabelecimentos de saúde) e 100% (PIB).

O desempenho obtido pelo município em questão deixa claro que a eficiência nos gastos públicos independe do volume de recursos financeiros aplicados e sim, da gestão pública (qualidade) no processo de transformação dos insumos em produtos (figura 1).

Na tentativa de levantar a relação existente entre alocação e desperdício de recursos financeiros públicos (tabela 7) é possível observar que as duas variáveis que receberam menor alocação de recursos financeiros públicos (Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental; Investimentos) 15,01% e 23,32% respectivamente também apresentaram maior gasto público para obter o resultado observado (ineficiência moderada), incorrendo em desperdício de dinheiro público (33,63% e 55,67%) quando comparados ao desempenho de outros municípios no período estudado, ao passo que as variáveis prioritárias (Educação e Trabalho; Saúde) apresentaram os menores desperdícios de dinheiro público (0% e 10,72%).

Essa constatação nos leva acreditar que atividades de maior interesse possuem um maior grau de governança, contribuindo para a melhoria na aplicação dos recursos financeiros públicos.

Tabela 7 – Gasto Público: Alocação e desperdício de dinheiro público, por *input* e município (%)

Município			Marmeleiro	Santa Izabel do Oeste	Nova Esp. do Sudoeste	Bom Jesus do Sul	São Jorge d'Oeste	Chopininho	Nova Prata do Iguaçu	Média
Ineficiência			20,20	20,60	22,80	25,40	28,00	31,10	31,20	25,61
Inputs	Alocação	Investimento	19,11	19,94	26,66	30,97	30,38	18,29	17,87	23,32
		Saúde	31,83	33,20	28,46	24,91	26,49	26,65	31,32	28,98
		Saneamento, Urbanismo E G. Ambiental	16,50	14,55	13,97	14,09	15,67	17,06	13,21	15,01
		Educação e Trabalho	32,55	32,30	30,91	30,04	27,46	38,00	37,61	32,70
	Desperdício	Investimento	65,67	64,41	66,42	65,29	80,09	40,36	7,35	55,66
		Saúde	0,00	6,99	11,91	13,57	2,61	0,00	39,95	10,72
		Saneamento, Urbanismo E G. Ambiental	34,33	28,60	21,67	21,14	17,30	59,64	52,70	33,63
		Educação e Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

Ao tratar do gasto público Villela (2006) aponta duas questões que induzem tanto na escolha das áreas prioritárias para a gestão pública quanto no escore de eficiência. Segundo ele, a vinculação do gasto público em educação e saúde à receita do município torna-as áreas prioritárias e muitas vezes fomenta a ineficiência dos gastos públicos por não ter ligação

direta com a demanda do serviço e, a Lei das licitações que propicia inúmeras possibilidades de má gestão do dinheiro público.

De maneira geral, os sete municípios que apresentaram os menores escores médios de eficiência na pesquisa, poderiam além de ofertar em média um incremento de 62,54% em cada uma das 11 variáveis *outputs* pesquisadas ter reduzido em média os gastos em 14,64% (tabela 6) para que, em comparação com os demais (e com ele mesmo em outros períodos), pudessem ser eficientes ($\Theta=100$).

Tabela 8 - Gasto Público: ineficiência na aplicação dos recursos financeiros públicos, por *output* e município (%)

Variável/Município	Marmeleiro	Santa Izabel do Oeste	Nova Esp. do Sudoeste	Bom Jesus do Sul	São Jorge d'Oeste	Chopinzinho	Nova Prata do Iguaçu	Média
Produto Interno Bruto (PIB)	44,58	31,09	46,59	58,69	48,83	46,41	55,34	47,36
Empregos (RAIS)	80,52	31,38	41,11	124,63	47,25	46,70	76,74	64,05
Rendimento Médio (RAIS)	27,63	54,99	40,11	48,74	50,91	104,39	60,25	55,29
Matriculas no Ensino Regular: Rede Municipal	36,94	40,95	82,31	70,46	93,08	60,71	58,00	63,21
Docentes: Rede Municipal	29,09	29,51	49,43	46,50	49,66	51,13	54,75	44,30
Estabelecimentos de Ensino: Rede Municipal	42,08	29,10	119,00	35,33	67,48	69,98	70,29	61,89
Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental: Anos Iniciais	34,39	47,34	42,43	54,79	43,27	114,98	64,22	57,35
Estabelecimentos de Saúde: Esfera Administrativa Municipal	45,45	39,35	37,28	58,67	44,93	46,42	66,24	48,33
Cobertura Vacinal	48,93	46,85	54,11	70,47	46,95	122,10	60,46	64,27
Densidade Demográfica	65,54	50,15	52,74	71,83	102,90	311,69	135,74	112,94
Abast. de Água, Atend. de Coleta de Lixo e Esgoto	28,60	31,84	138,76	115,16	57,36	47,15	64,22	69,01

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

A diferença existente entre o dado (gasto observado) e a projeção (gasto projetado) demonstrada na tabela 8, ilustra os efeitos da má gestão dos gastos públicos. Quanto menor a eficiência no gasto público, maior o desperdício de recursos financeiros públicos e, consequentemente menor será a oferta de bens e serviços à população (efeitos propulsores). Reduzindo a oferta, reduz a capacidade da gestão pública de interromper os efeitos regressivos que atuam diretamente na melhoria do bem-estar da população e no desenvolvimento ao município.

5. CONCLUSÃO

A partir dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa e da análise dos resultados encontrados foi possível verificar a eficiência dos gastos públicos na promoção do desempenho de indicadores do desenvolvimento dos municípios da região Sudoeste do Paraná entre 2006 e 2012.

Pelo caráter multidimensional do desenvolvimento, a pesquisa utilizou o universo de 42 municípios que compõem a região, diversas variáveis (quatro *inputs* e 11 *outputs*) bem como de uma série temporal (2006, 2009 e 2012), na tentativa de reduzir o viés e oferecer suporte na discussão da eficiência nos gastos públicos dos municípios da região Sudoeste do Paraná.

Com a estatística descritiva das variáveis que compõem a pesquisa, através dos valores mínimo, máximo e desvio-padrão foi possível observar acentuada dispersão dos dados nos períodos estudados (2006, 2009 e 2012), podendo indicar a existência de desigualdade na alocação dos recursos e na prestação de serviços públicos pelos municípios.

Dispersão também observada ao analisar os escores de eficiência obtidos pelos municípios. A manutenção do máximo (eficiente), redução nos valores do mínimo e da média e aumento no desvio-padrão, demonstrou significativa redução no percentual (29,54%) de DMUs eficientes no período analisado.

Considerada a tendência apontada de redução da eficiência e em observância ao escore médio de eficiência, o desempenho dos municípios foi classificado em: Eficiência ($\theta = 100$); Ineficiência fraca ($80 \leq \theta < 100$); Ineficiência moderada ($60 \leq \theta < 80$) e Ineficiência forte ($\theta < 60$). Dos 42 municípios pesquisados, três demonstraram-se eficientes ao longo do período analisado (7,15%), outros 32 obtiveram grau de ineficiência fraca e, sete municípios apresentaram ineficiência moderada, em destaque o município de Nova Prata do Iguaçu, com o menor escore médio de eficiência (68,76) para o período 2006-2012.

Na busca por compreender a relação entre gastos públicos e escore médio de eficiência obtido pelos municípios, 10 municípios foram selecionados (os três municípios considerados eficientes – Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Sudoeste e Bom Sucesso do Sul e, os sete municípios com ineficiência moderada – Marmeleiro, Santa Izabel do Oeste, Nova Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, São Jorge d'Oeste, Chopinzinho e Nova Prata do Iguaçu) para análises de perfil populacional, distribuição dos gastos públicos por área de interesse e, desperdício de dinheiro público.

Quanto ao porte populacional, os 10 municípios são classificados como de pequeno porte pelo IBGE (até 20 mil habitantes), não sendo possível analisar a relação entre a eficiência no gasto público e o porte do município. Dos quatro municípios com população até cinco mil habitantes, três se mostraram eficientes ($\Theta=100$) entre 2006-2012 já, os quatro municípios com população superior a 10 mil habitantes apresentaram grau de ineficiência moderada ($60 \leq \theta < 80$), sugerindo que na região Sudoeste do Paraná, tomando-se como base os dez municípios destacados, a proximidade entre gestão pública e sociedade civil tem efeito positivo sobre a eficiência a ponto de neutralizar possíveis fragilidades existentes nas estruturas administrativas.

Ao analisar a distribuição dos gastos públicos, os municípios apresentaram comportamento similar, independente do grau médio de eficiência obtido na pesquisa, 70% dos municípios têm como áreas prioritárias: Saúde, Educação e Trabalho, para as quais dispõem de aproximadamente 65% do montante alocado. Não sendo a distribuição dos recursos financeiros, fator determinante da eficiência nos gastos públicos dos municípios. O desperdício de dinheiro público seguiu a tendência da distribuição dos recursos financeiros onde, as áreas (Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental; Investimentos) que receberam menor alocação de dinheiro público apresentaram maior desperdício (33,63% e 55,67% respectivamente) quando comparadas as áreas prioritárias (Educação e Trabalho; Saúde) que apresentaram respectivamente 0% e 10,72%.

O desperdício de dinheiro público dos sete municípios com ineficiência moderada foi analisado sobre duas égides pela diferença entre o valor observado e o projetado: nos *inputs* pelo montante de dinheiro desperdiçado e nas *outputs* pelo volume de bens e serviços públicos não ofertados em virtude da ineficiência apresentada pelos municípios, Quando comparados aos demais municípios e a eles mesmos em outros períodos, teriam alcançado escore de eficiência com a redução média de 14,64% nos gastos públicos além do incremento médio de 63,54% em cada um dos produtos e serviços ofertados à população.

O desempenho obtido pelos municípios sugere que: a) a eficiência dos gastos públicos independe do volume de recursos financeiros aplicados e sim, da eficiência na função alocativa; b) as atividades prioritárias apresentam um maior grau de governança que contribui para a eficiência no gasto público; c) a proximidade entre gestão pública e sociedade civil tem efeito positivo sobre a eficiência a ponto de neutralizar possíveis fragilidades existentes nas estruturas administrativas; d) a necessidade de postura reativa da administração pública dos 39 municípios ineficientes, frente à revisão dos critérios de alocação dos recursos

financeiros com a implantação de mecanismos de governança na busca pela melhor relação insumo produto; e) Perca de eficiência ao longo do período, com redução na oferta de bens e serviços públicos de qualidade.

Partindo do pressuposto que o Estado atua como indutor do desenvolvimento via oferta de bens e serviços públicos à população, a crescente ineficiência observada nos escores de 39 dos 42 municípios pesquisados leva a acreditar na perda da capacidade dos municípios em interromper os efeitos regressivos que atuam diretamente na qualidade de vida da população e, conseqüentemente no potencial de desenvolvimento do município através da superação das desigualdades.

A limitação no número de variáveis e na série temporal pesquisada se apresenta como os principais gargalos da pesquisa. Por outro lado, a utilização do universo (42 municípios) e de um instrumento validado (DEA-SAED) aliados às pesquisas já realizadas que demonstram a importância da temática, garantem a confiabilidade dos resultados apresentados e discutidos. Sugerem-se futuras pesquisas com maior número de variável e maior amplitude temporal.

Espera-se que esta pesquisa estimule a reflexão dos gestores à função alocativa de seus municípios, no sentido de reduzir o desperdício nos gastos públicos, via eficiência na alocação dos recursos financeiros públicos em prol da adição de valor à população e a criação de um ambiente desenvolvimentista no município.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Valmir Barbosa. **Gastos públicos e desenvolvimento socioeconômico: O caso dos municípios do Piauí**. 38f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia), Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2008.

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE ALUMÍNIO DO SUDOESTE (APL ALUMÍNIO Sudoeste). **Base Territorial**. Disponível em: <<http://www.aplaluminios.com.br/>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

BATISTA, Edimilson Monteiro. Gastos com educação: análise da aplicação de recursos pelos municípios do estado do Rio Grande do Norte, no período de 2006 a 2009. **Enfoque: Reflexão Contábil**. Maringá, v. 30, n. 2, p. 67-82, mai./ago. 2011.

BENETTI, Luciana Borba. **Avaliação do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do município de Lages/SC através do método do Painel de Sustentabilidade**. 215 f. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2006.

BOISIER, Sérgio. **Desarrollo (local): ¿de qué estamos hablando?** In: BECKER, Dinizar; BANDEIRA, Pedro S. (org.) **Desenvolvimento Local – Regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 22 de mai. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal do Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 mai. 2015.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10257.htm>. Acesso em: 22 de mai. 2015.

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 mai. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 22 de mai. 2015.

BRASIL. Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar

a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 mai. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 22 de mai. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Indicadores de desenvolvimento brasileiro**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/central-de-conteudos/publicacoes/idb-portugues.pdf>>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Governança Pública**: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2666622.PDF>>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **The Structural public governance model** In: DALLABRIDA, Valdir Roque (org.) **Governança territorial e desenvolvimento: Descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum**: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COELHO, Franklin Dias. **Reestruturação econômica, políticas públicas e as novas estratégias de desenvolvimento local**. São Paulo: Polis, 1997.

CRIBARI-NETO, Francisco; PEREIRA, Tarciana Liberal. Avaliação da eficiência de administrações municipais no estado de São Paulo: uma nova abordagem via modelos de regressão beta. **Revista Brasileira de Biometria**. São Paulo, v. 31, n.2, p. 270–294, abr./jun. 2013.

COSTA, Ivy Silva. **Gasto público e desenvolvimento socioeconômico**: uma análise dos municípios do estado do Paraná. 238 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Viçosa - UFV, Viçosa, 2011.

COSTA, Caio César de Medeiros. **Qualidade do gasto público e desenvolvimento socioeconômico nos municípios do estado de Minas Gerais**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Viçosa - UFV, Viçosa, 2012.

DALLABRIDA, Valdir Roque (Org.) **Governança territorial e desenvolvimento: Descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DALL'IGNA, Sirlene Fagundes. **A emancipação político-administrativa de Bom Jesus – SC e seus efeitos no desenvolvimento local**. 108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2011.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO BRASIL (DATASUS). **Banco de dados de número do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>> Acesso em: 02 mai. 2015.

DINIZ, Josedilton Alves; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; CORRAR, Luis João. Mensuração da Eficiência Financeira Municipal no Brasil e sua Relação com os Gastos nas Funções de Governo. **Gestão & Regionalidade**. São Caetano do Sul, v. 28, n.83, p. 5-20, mai/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=133423644002>>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

FARIA, Flávia Peixoto; JANNUZZI, Paulo de Martino; SILVA, Silvano José. Efficiency of municipal expenditure in health and education: an investigation using data envelopment analysis in the state of Rio de Janeiro, Brazil. **Revista da Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p.155-177, jan./fev. 2008. <Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000100008>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

FERREIRA, Pedro Cavalcanti. Infra-Estrutura Pública, Produtividade e Crescimento. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v.24, n.2, p.187-202, ago.1994. <Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/804/743>>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

FILLIPPIM, Eliane Salete; ROSSETTO, Adriana Marques. **Políticas públicas, federalismo e redes de articulações para o desenvolvimento**. Joaçaba: Unoesc, 2008.

FIGUEIREDO, Michael Pereira. **Análise de custos de urbanização**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD, Vila Real, 2009.

FONSECA, Poty Colaço; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. Investigação dos níveis de eficiência na utilização de recursos no setor de saúde: uma análise das microrregiões de Minas Gerais. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 18, n.2, p.199-213, 2009.

GRAHN, J.; AMOS, B.; PLUMPTRE, T. **Institute of governance - IOG. Governance principles for protected areas in the 21th century** IN: Brasil. Tribunal de Contas da União. Governança Pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

HADDAD, P. R. Forças e fraquezas dos municípios de Minas Gerais. **Cadernos BDMG**, Belo Horizonte, v.8, p. 05-82, abr. 2004.

HIRSCHMAN, A. O. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCWARTXMAN, J. Economia regional: **Textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977, p. 145-156.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. Disponível em: < [http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 5 Mai. 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Banco de dados Web**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 3 Mai. 2015.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. **Revista de. Adm. Pública.** Rio de Janeiro, vol.40, n.3, p. 479-499, mai./jun. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n3/31252.pdf>>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

LIMA, Ana Carolina C.; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil.** Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFGM, 2009.

MARINHO, Alexandre; CARDOSO, Simone de Souza, ALMEIDA, Vivian Vicente. **Brasil e OCDE: avaliação da eficiência em sistemas de saúde.** Rio de Janeiro: Ipea, 2009

MARTINS, Rafael D'Almeida; VAZ, José Carlos; CALDAS, Eduardo de Lima. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Rev. Adm. Pública. Rio de Janeiro**, vol.44, n.3, p. 559-590, mai./jun. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n3/02.pdf>>. Acesso em: 02 de jun. 2015.

MEZA, Lidia Angulo; NETO, Luiz Biondi; MELLO, João Carlos C.B. Soares de; GOMES, Eliane G. ISYDS - Integrated System for Decision Support (SIAD - Sistema Integrado de Apoio à Decisão): a software package for data envelopment analysis model. **Pesquisa Operacional.** Rio de Janeiro, v. 25, n.3, p. 493-503, set./dez. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pope/v25n3/27835.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2015.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

PARANA. Lei n.º 15.825, de 28 de abril de 2008. Inclui os Municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha na Região Sudoeste do Estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do Estado do Paraná. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 mai.2008. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=8230&codTipoAto=1&tipoVisualizacao=compilado>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

PARANA. Resolução Conjunta SEPL- SEFA 1, de 17 de janeiro de 2013. Atualizar a classificação da despesa quanto à sua natureza. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jan.2013. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=87908&indice=1&totalRegistros=41>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

PEREIRA, Tarciana; SOUZA, Tatiene; CRIBARI-NETO, Francisco. Uma avaliação da eficiência do gasto público nas regiões do Brasil. **Ciência e Natureza.** Santa Maria, v. 36, Ed. Especial, p. 23-36, 2014. Disponível em: < <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/cienciaenatura/article/view/13193/pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD): **Apresenta Informações Sobre o Programa e Conceitos dos Indicadores 2007.** Disponível em:< <http://www.pnud.org.br>>. Acesso em 24 Mai. 2015.

REWORÊDO, Wirla *et al.* Relatórios de tribunais de contas sobre dimensões de eficiência, eficácia, efetividade e resultados em entidades da administração pública: uma análise focada na percepção de auditores de contas públicas. **Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, v.7, n. 2, p. 51-78, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/175/pdf_77>. Acesso em: 20 de jun. 2015.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RIBEIRO, Márcio Bruno. **Desempenho e eficiência do gasto público**: uma análise comparativa entre o Brasil e um conjunto de países da América Latina. Rio de Janeiro: Ipea, 2008.

SANTOS, Éverton Gomes Ferreira de Abreu. **Uma avaliação comparativa da eficiência dos gastos públicos com saúde nos municípios brasileiros**. 167 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, São Paulo, 2008.

SEN, Amanda. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: CIA das Pedras, 2000.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Desigualdades socioeconômicas no Paraná: um estudo de caso mediante análise de componentes principais. **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo, v.15, n.32, p. 55-86, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rtee/article/view/4746>>. Acesso em: 03 de ago. 2015.

SILVA, Jorge Luiz Mariano; ALMEIDA, Júlio César Lima. Eficiência no gasto público com educação: uma análise dos municípios do Rio Grande do Norte. **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, n. 39, p. 222-244, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/320>>. Acesso em: 15 de fev. 2015.

SPINK, Peter. **Possibilidades técnicas e imperativos políticos em 70 anos de reforma administrativa**. In: Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Spink, Peter (orgs.) *Reforma do Estado e administração pública gerencial.*, Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SURCO, Douglas Fukunaga. **DEA-SAED: Software de Análises de Envoltória de Dados**. 129 f. Dissertação (Mestrado Métodos Numéricos em Engenharia), Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2004.

TAVARES, Hermes Magalhães. Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. In: *Planejamento e Território, ensaios sobre a desigualdade*. **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Rio de Janeiro, n. 02, p. 229-48, jan./jul. 2008.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VARELA, Patricia Siqueira; MARTINS, Gilberto de Andrade; FÁVERO, Luiz Lopes. Desempenho e Accountability dos Municípios Paulistas: Uma Avaliação de Eficiência na Atenção Básica à Saúde. In: *INTERNATIONAL ACCOUNTING CONGRESS*, 3, 2009, São Paulo, **Anais**. São Paulo: IAAER & ANPCONT, 2009, 1 CD-ROM.

VARELA, Patrícia Siqueira; PACHECO, Regina Silvia Viotto Monteiro. Federalismo e gastos em saúde: competição e cooperação nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**. São Paulo, v. 23, n. 59, p. 116-127, mai./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=257123087004>>. Acesso em: 29 de mar. 2015

VÁSQUEZ BARQUERO, Antônio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

YAMADA, Juliana Noriko. **Economias de escala e eficiência de gastos na saúde**: novas evidências. 67 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia), Escola de Economia de São Paulo – FGV/EESP, São Paulo, 2011.

WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas?. **Opinião Pública**. Campinas, v.14, n.1, p. 65-95, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/03.pdf>>. Acesso em: 15 de set. 2015

WILL, Anderson Renan. **Eficiência dos estados brasileiros nos gastos com educação**: um estudo comparativo de recursos utilizados e resultados alcançados. 117 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2014.

APÊNDICES

Apêndice A - Correspondência: DMU x Município_ano

Apêndice B - Escores Individuais

Apêndice C- Escores médios de eficiência

Apêndice D - Análise Outputs (Observado e projetado) do município de Bom Jesus do Sul

Apêndice E - Análise Outputs (Observado e projetado) do município de São Jorge d'Oeste

Apêndice F - Análise Outputs (Observado e projetado) do município de Nova Esperança do Sudoeste

Apêndice G - Análise Outputs (Observado e projetado) do município de Marmeleiro

Apêndice H - Análise Outputs (Observado e projetado) do município de Chopinzinho

Apêndice I - Análise Outputs (Observado e projetado) do município de Santa Izabel do Oeste

Apêndice J - Análise Outputs (Observado e projetado) do município de Nova Prata do Iguaçu

Apêndice A: Correspondência: DMU x Município_ano

DMU	Município_ano
1	Ampére_06
2	Barracão_06
3	Bela Vista da Caroba_06
4	Boa Esperança do Iguaçu_06
5	Bom Jesus do Sul_06
6	Bom Sucesso do Sul_06
7	Capanema_06
8	Chopinzinho_06
9	Clevelândia_06
10	Coronel Domingos Soares_06
11	Coronel Vivida_06
12	Cruzeiro do Iguaçu_06
13	Dois Vizinhos_06
14	Enéas Marques_06
15	Flor da Serra do Sul_06
16	Francisco Beltrão_06
17	Honório Serpa_06
18	Itapejara d'Oeste_06
19	Manfrinópolis_06
20	Mangueirinha_06
21	Mariópolis_06
22	Marmeleiro_06
23	Nova Esperança do Sudoeste_06
24	Nova Prata do Iguaçu_06
25	Palmas_06
26	Pato Branco_06
27	Pérola d'Oeste_06
28	Pinhal de São Bento_06
29	Planalto_06
30	Pranchita_06
31	Realeza_06
32	Renascença_06
33	Salgado Filho_06
34	Salto do Lontra_06
35	Santa Izabel do Oeste_06
37	São João_06

Continua

Continuação

38	São Jorge d'Oeste_06
39	Saudade do Iguaçu_06
40	Sulina_06
41	Verê_06
42	Vitorino_06
43	Ampére_09
44	Barracão_09
45	Bela Vista da Caroba_09
46	Boa Esperança do Iguaçu_09
47	Bom Jesus do Sul_09
48	Bom Sucesso do Sul_09
49	Capanema_09
50	Chopinzinho_09
51	Clevelândia_09
52	Coronel Domingos Soares_09
53	Coronel Vivida_09
54	Cruzeiro do Iguaçu_09
55	Dois Vizinhos_09
56	Enéas Marques_09
57	Flor da Serra do Sul_09
58	Francisco Beltrão_09
59	Honório Serpa_09
60	Itapejara d'Oeste_09
61	Manfrinópolis_09
62	Mangueirinha_09
63	Mariópolis_09
64	Marmeleiro_09
65	Nova Esperança do Sudoeste_09
66	Nova Prata do Iguaçu_09
67	Palmas_09
68	Pato Branco_09
69	Pérola d'Oeste_09
70	Pinhal de São Bento_09
71	Planalto_09
72	Pranchita_09
73	Realeza_09
74	Renascença_09

Continua

Continuação

75	Salgado Filho_09
76	Salto do Lontra_09
77	Santa Izabel do Oeste_09
78	Santo Antônio do Sudoeste_09
79	São João_09
80	São Jorge d'Oeste_09
81	Saudade do Iguaçu_09
82	Sulina_09
83	Verê_09
84	Vitorino_09
85	Ampére_12
86	Barracão_12
87	Bela Vista da Caroba_12
88	Boa Esperança do Iguaçu_12
89	Bom Jesus do Sul_12
90	Bom Sucesso do Sul_12
91	Capanema_12
92	Chopinzinho_12
93	Clevelândia_12
94	Coronel Domingos Soares_12
95	Coronel Vivida_12
96	Cruzeiro do Iguaçu_12
97	Dois Vizinhos_12
98	Enéas Marques_12
99	Flor da Serra do Sul_12
100	Francisco Beltrão_12
101	Honório Serpa_12
102	Itapejara d'Oeste_12
103	Manfrinópolis_12
104	Mangueirinha_12
105	Mariópolis_12
106	Marmeleiro_12
107	Nova Esperança do Sudoeste_12
108	Nova Prata do Iguaçu_12
109	Palmas_12
110	Pato Branco_12
111	Pérola d'Oeste_12

Continuação

112	Pinhal de São Bento_12
113	Planalto_12
114	Pranchita_12
115	Realeza_12
116	Renascença_12
117	Salgado Filho_12
118	Salto do Lontra_12
119	Santa Izabel do Oeste_12
120	Santo Antônio do Sudoeste_12
121	São João_12
122	São Jorge d'Oeste_12
123	Saudade do Iguaçu_12
124	Sulina_12
125	Verê_12
126	Vitorino_12

FONTE: Dados da pesquisa, 2015.

Apêndice B: Escores Individuais

Desc: saída_escores_2408

DMUS: 126

INSUMOS: 4

PRODUTOS: 11

Ordenamento das DMUs

ORDEM	DMU	SCORE
1	DMU2	1
1	DMU28	1
1	DMU43	1
1	DMU30	1
1	DMU81	1
1	DMU26	1
1	DMU44	1
1	DMU59	1
1	DMU20	1
1	DMU18	1
1	DMU72	1
1	DMU10	1
1	DMU16	1
1	DMU63	1
1	DMU25	1
1	DMU84	1
1	DMU51	1
1	DMU19	1
1	DMU1	1
1	DMU124	1
1	DMU82	1
1	DMU13	1
1	DMU32	1
1	DMU4	1
1	DMU3	1
1	DMU46	1
1	DMU14	1
1	DMU52	1
1	DMU15	1
1	DMU83	1
1	DMU57	1

Continua

Continuação

1	DMU60	1
1	DMU36	1
1	DMU75	1
1	DMU90	1
1	DMU9	1
1	DMU67	1
1	DMU41	1
1	DMU70	1
1	DMU6	1
1	DMU48	1
1	DMU53	1
1	DMU62	1
1	DMU55	1
1	DMU88	1
1	DMU11	1
1	DMU121	1
1	DMU37	1
1	DMU17	1
1	DMU45	1
1	DMU87	1
2	DMU7	0.99932
3	DMU21	0.98764
4	DMU40	0.9853
5	DMU74	0.98409
6	DMU33	0.97967
7	DMU27	0.97841
8	DMU79	0.96966
9	DMU111	0.96117
10	DMU35	0.95175
11	DMU93	0.9477
12	DMU68	0.94494
13	DMU65	0.92883
14	DMU5	0.91883
15	DMU99	0.91681
16	DMU56	0.91261
17	DMU12	0.90784
18	DMU78	0.90257

Continua

Continuação

19	DMU109	0.90218
20	DMU29	0.8964
21	DMU22	0.89223
22	DMU86	0.88571
23	DMU49	0.88294
24	DMU34	0.87971
25	DMU73	0.87687
26	DMU58	0.87565
27	DMU24	0.86943
28	DMU116	0.8692
29	DMU101	0.86888
30	DMU123	0.86524
31	DMU54	0.86195
32	DMU96	0.86089
33	DMU126	0.85995
34	DMU31	0.85823
35	DMU42	0.856
36	DMU114	0.8545
37	DMU69	0.85312
38	DMU23	0.85306
39	DMU110	0.84672
40	DMU97	0.84616
41	DMU76	0.84608
42	DMU94	0.8432
43	DMU95	0.83648
44	DMU39	0.82572
45	DMU85	0.82545
46	DMU102	0.82419
47	DMU103	0.82386
48	DMU64	0.82303
49	DMU80	0.81981
50	DMU47	0.80187
51	DMU115	0.79204
52	DMU71	0.7899
53	DMU38	0.77981
54	DMU118	0.77794
55	DMU61	0.76155

Continuação

56	DMU120	0.75181
57	DMU100	0.74642
58	DMU91	0.73461
59	DMU8	0.73257
60	DMU113	0.72586
61	DMU77	0.72279
62	DMU119	0.70863
63	DMU125	0.7054
64	DMU104	0.70313
65	DMU105	0.69866
66	DMU50	0.6863
67	DMU98	0.68463
68	DMU106	0.67945
69	DMU66	0.66531
70	DMU92	0.64785
71	DMU112	0.56489
72	DMU122	0.55905
73	DMU117	0.55415
74	DMU107	0.53473
75	DMU108	0.52794
76	DMU89	0.51622

FONTE: Dados da pesquisa, 2015.

Apêndice C: Escores médios de eficiência

DMUs			MUNICÍPIOS	ESCORES			
2006	2009	2012		2006	2009	2012	MÉDIO
1	43	85	Ampére	100,00	100,00	82,55	94,18
2	44	86	Barracão	100,00	100,00	88,57	96,19
3	45	87	Bela Vista da Caroba	100,00	100,00	100,00	100,00
4	46	88	Boa Esperança do Iguaçu	100,00	100,00	100,00	100,00
5	47	89	Bom Jesus do Sul	91,88	80,19	51,62	74,56
6	48	90	Bom Sucesso do Sul	100,00	100,00	100,00	100,00
7	49	91	Capanema	99,93	88,29	73,46	87,23
8	50	92	Chopinzinho	73,26	68,63	64,79	68,89
9	51	93	Clelândia	100,00	100,00	94,77	98,26
10	52	94	Coronel Domingos Soares	100,00	100,00	84,32	94,77
11	53	95	Coronel Vivida	100,00	100,00	83,65	94,55
12	54	96	Cruzeiro do Iguaçu	90,78	86,20	86,09	87,69
13	55	97	Dois Vizinhos	100,00	100,00	84,62	94,87
14	56	98	Enéas Marques	100,00	91,26	68,46	86,57
15	57	99	Flor da Serra do Sul	100,00	100,00	91,68	97,23
16	58	100	Francisco Beltrão	100,00	87,57	74,64	87,40
17	59	101	Honório Serpa	100,00	100,00	86,89	95,63
18	60	102	Itapejara d'Oeste	100,00	100,00	82,42	94,14
19	61	103	Manfrinópolis	100,00	76,16	82,39	86,18
20	62	104	Mangueirinha	100,00	100,00	70,31	90,10
21	63	105	Mariópolis	98,76	100,00	69,87	89,54
22	64	106	Marmeleiro	89,22	82,30	67,95	79,82
23	65	107	Nova Esperança do Sudoeste	85,31	92,88	53,47	77,22
24	66	108	Nova Prata do Iguaçu	86,94	66,53	52,79	68,76
25	67	109	Palmas	100,00	100,00	90,22	96,74
26	68	110	Pato Branco	100,00	94,49	84,67	93,06
27	69	111	Pérola d'Oeste	97,84	85,31	96,12	93,09
28	70	112	Pinhal de São Bento	100,00	100,00	56,49	85,50
29	71	113	Planalto	89,64	78,99	72,59	80,41
30	72	114	Pranchita	100,00	100,00	85,45	95,15
31	73	115	Realeza	85,82	87,69	79,20	84,24
32	74	116	Renascença	100,00	98,41	86,92	95,11
33	75	117	Salgado Filho	97,97	100,00	55,42	84,46
34	76	118	Salto do Lontra	87,97	84,61	77,79	83,46
35	77	119	Santa Izabel do Oeste	95,18	72,28	70,86	79,44
36	78	120	Santo Antônio do Sudoeste	100,00	90,26	75,18	88,48
37	79	121	São João	100,00	96,97	100,00	98,99
38	80	122	São Jorge d'Oeste	77,98	81,98	55,91	71,96
39	81	123	Saudade do Iguaçu	82,57	100,00	86,52	89,70
40	82	124	Sulina	98,53	100,00	100,00	99,51
41	83	125	Verê	100,00	100,00	70,54	90,18
42	84	126	Vitorino	85,60	100,00	86,00	90,53

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

Apêndice D: Análise *Outputs* (Observado e projetado) do município de Bom Jesus do Sul

	Variáveis	2006				2009				2012			
		Dados	Projeção	Diferença	%	Dados	Projeção	Diferença	%	Dados	Projeção	Diferença	%
Inputs	Despesa de Capital Municipal: Investimentos	R\$ 2.025,81	R\$ 780,51	-R\$ 1.245,30	-61,47%	R\$ 4.226,65	R\$ 1.216,65	-R\$ 3.010,00	-71,21%	R\$ 1.818,50	R\$ 1.407,26	-R\$ 411,24	-22,61%
	Despesas Municipais por Função: Saúde	R\$ 1.803,91	R\$ 1.664,32	-R\$ 139,59	-7,74%	R\$ 2.504,41	R\$ 1.674,04	-R\$ 830,37	-33,16%	R\$ 2.183,14	R\$ 2.183,14	R\$ -	0,00%
	Despesas Municipais por Função: Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental	R\$ 537,71	R\$ 537,71	R\$ -	0,00%	R\$ 2.219,30	R\$ 729,08	-R\$ 1.490,22	-67,15%	R\$ 914,06	R\$ 893,22	-R\$ 20,84	-2,28%
	Despesas Municipais por Função: Educação e Trabalho	R\$ 2.119,36	R\$ 2.119,36	R\$ -	0,00%	R\$ 2.351,96	R\$ 2.351,96	R\$ -	0,00%	R\$ 3.358,42	R\$ 3.358,42	R\$ -	0,00%
Outputs	Produto Interno Bruto (PIB)	R\$ 28,79	R\$ 42,18	R\$ 13,39	46,52%	R\$ 38,62	R\$ 49,86	R\$ 11,24	29,11%	R\$ 42,60	R\$ 82,53	R\$ 39,93	93,72%
	Empregos (RAIS)	199,00	449,77	250,77	126,02%	237,00	531,52	294,52	124,27%	266,00	595,61	329,61	123,91%
	Rendimento Médio (RAIS)	R\$ 0,91	R\$ 1,14	R\$ 0,23	25,22%	R\$ 1,12	R\$ 1,39	R\$ 0,28	24,71%	R\$ 1,07	R\$ 2,08	R\$ 1,01	93,72%
	Matriculas no Ensino Regular: Rede Municipal	519,00	602,85	83,85	16,16%	452,00	746,82	294,82	65,23%	394,00	977,16	583,16	148,01%
	Docentes : Rede Municipal	33,00	41,23	8,23	24,94%	41,00	51,13	10,13	24,71%	34,00	65,86	31,86	93,71%
	Estabelecimentos de Ensino: Rede Municipal	5,00	5,44	0,44	8,80%	4,00	4,99	0,99	24,75%	3,00	5,81	2,81	93,67%
	Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental: Anos Iniciais	91,70	102,94	11,24	12,26%	97,50	135,72	38,22	39,20%	98,30	206,37	108,07	109,94%
	Estabelecimentos de Saúde: Esfera Administrativa Municipal	5,00	5,44	0,44	8,80%	2,00	3,97	1,97	98,50%	2,00	4,87	2,87	143,50%
	Cobertura Vacinal	86,20	93,82	7,62	8,84%	91,62	120,48	28,86	31,50%	62,75	195,81	133,06	212,05%
	Densidade Demográfica	21,86	23,79	1,93	8,83%	22,21	37,76	15,55	70,01%	21,42	50,98	29,56	138,00%
	Abast. de Água, Atend. de Coleta de Lixo e Atend. de Esgoto	492,00	1109,43	617,43	125,49%	656,00	1551,68	895,68	136,54%	891,00	1726,01	835,01	93,72%
Totais	Gastos no ano (Inputs)	R\$ 6.486,79	R\$ 5.101,90	R\$ 1.384,89	-21,35%	R\$ 11.302,33	R\$ 5.971,74	-R\$ 5.330,59	-47,16%	R\$ 8.274,13	R\$ 7.842,05	-R\$ 432,08	-5,22%
	Gastos (2006-2012)	R\$ 26.063,25	R\$ 18.915,69	-R\$ 1.384,89	-27,42%								
	Gastos com Investimentos (2006-2012)	R\$ 8.070,97	R\$ 3.404,43	-R\$ 4.666,54	-57,82%								
	Gastos com Saúde (2006-2012)	R\$ 6.491,46	R\$ 5.521,51	-R\$ 969,95	-14,94%								
	Gastos com Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental (2006-2012)	R\$ 3.671,07	R\$ 2.160,01	-R\$ 1.511,06	-41,16%								
	Gastos com Educação e Trabalho (2006-2012)	R\$ 7.829,74	R\$ 7.829,74	R\$ -	0,00%								

* Dados monetários expressos em R\$ 1.000,00

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

Apêndice E: Análise *Outputs* (Observado e projetado) do município de São Jorge d'Oeste

	Variáveis	2006				2009				2012			
		Dados	Projeção	Diferença	%	Dados	Projeção	Diferença	%	Dados	Projeção	Diferença	%
Inputs	Despesa de Capital Municipal: Investimentos	R\$ 2.975,06	R\$ 1.904,39	-R\$ 1.070,67	-35,99%	R\$ 1.955,18	R\$ 1.111,78	R\$ 843,39	-43,14%	R\$ 10.988,33	R\$ 2.847,38	R\$ 8.140,95	-74,09%
	Despesas Municipais por Função: Saúde	R\$ 3.413,58	R\$ 3.145,18	-R\$ 268,41	-7,86%	R\$ 3.940,93	R\$ 3.880,66	R\$ 60,27	-1,53%	R\$ 6.527,90	R\$ 6.527,90	R\$ -	0,00%
	Despesas Municipais por Função: Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental	R\$ 1.662,56	R\$ 1.530,73	-R\$ 131,83	-7,93%	R\$ 1.174,60	R\$ 1.174,60	R\$ -	0,00%	R\$ 5.370,89	R\$ 3.331,05	R\$ 2.039,84	-37,98%
	Despesas Municipais por Função: Educação e Trabalho	R\$ 3.641,54	R\$ 3.641,54	R\$ -	0,00%	R\$ 4.130,53	R\$ 4.130,53	R\$ -	0,00%	R\$ 6.615,49	R\$ 6.615,49	R\$ -	0,00%
Outputs	Produto Interno Bruto (PIB)	R\$ 93,28	R\$ 119,61	R\$ 26,34	28,24%	R\$ 118,28	R\$ 144,28	-R\$ 26,00	21,98%	R\$ 136,00	R\$ 253,37	-R\$ 117,37	86,30%
	Empregos (RAIS)	1065,00	1365,73	300,73	28,24%	1371,00	1672,33	301,33	21,98%	1736,00	3105,29	1369,29	78,88%
	Rendimento Médio (RAIS)	R\$ 0,92	R\$ 1,31	R\$ 0,39	42,31%	R\$ 1,02	R\$ 1,30	-R\$ 0,27	26,76%	R\$ 1,07	R\$ 1,94	R\$ 870,76	81,40%
	Matriculas no Ensino Regular: Rede Municipal	838,00	1316,23	478,23	57,07%	795,00	1255,66	460,66	57,94%	860,00	2241,57	-1381,57	160,65%
	Docentes : Rede Municipal	58,00	74,38	16,38	28,24%	54,00	73,66	19,66	36,41%	67,00	119,85	-52,85	78,88%
	Estabelecimentos de Ensino: Rede Municipal	7,00	10,75	3,75	53,59%	7,00	9,98	2,98	42,57%	7,00	14,44	-7,44	106,29%
	Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental: Anos Iniciais	92,80	119,00	26,20	28,24%	95,90	116,98	21,08	21,98%	96,50	172,62	-76,12	78,88%
	Estabelecimentos de Saúde: Esfera Administrativa Municipal	8,00	10,26	2,26	28,24%	9,00	10,98	1,98	22,00%	10,00	17,89	-7,89	78,90%
	Cobertura Vacinal	77,25	99,74	22,49	29,11%	73,36	94,80	21,44	29,23%	78,44	142,04	-63,60	81,08%
	Densidade Demográfica	22,57	50,81	28,24	125,11%	24,25	31,14	6,89	28,41%	23,87	61,48	-37,61	157,56%
	Abast. de Água, Atend. de Coleta de Lixo e Atend. de Esgoto	3301,00	4326,84	1025,84	31,08%	3610,00	4470,91	860,91	23,85%	3884,00	8189,57	-4305,57	110,85%
Totais	Gastos no ano (Inputs)	R\$ 11.692,75	R\$ 10.221,84	-R\$ 1.470,91	-12,58%	R\$ 11.201,23	R\$ 10.297,57	R\$ 903,66	-8,07%	R\$ 29.502,62	R\$ 19.321,83	R\$ 10.180,79	-34,51%
	Gastos (2006-2012)	R\$ 52.396,59	R\$ 39.841,23	R\$ 12.555,36	-23,96%								
	Gastos com Investimentos (2006-2012)	R\$ 15.918,57	R\$ 5.863,56	R\$ 10.055,01	-63,17%								
	Gastos com Saúde (2006-2012)	R\$ 13.882,41	R\$ 13.553,74	R\$ 328,67	-2,37%								
	Gastos com Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental (2006-2012)	R\$ 8.208,05	R\$ 6.036,38	R\$ 2.171,67	-26,46%								
	Gastos com Educação e Trabalho (2006-2012)	R\$ 14.387,56	R\$ 14.387,56	R\$ -	0,00%								

* Dados monetários expressos em R\$ 1.000,00

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

Apêndice F: Análise *Outputs* (Observado e projetado) do município de Nova Esperança do Sudoeste

	Variáveis	2006				2009				2012			
		Dados	Projeção	Diferença	%	Dados	Projeção	Diferença	%	Dados	Projeção	Diferença	%
Inputs	Despesa de Capital Municipal: Investimentos	R\$ 1.677,41	R\$ 1.105,94	-R\$ 571,46	-34,07%	R\$ 2.195,29	R\$ 840,98	R\$ 1.354,32	-61,69%	R\$ 3.972,24	R\$ 2.195,94	R\$ 1.776,30	-44,72%
	Despesas Municipais por Função: Saúde	R\$ 2.105,74	R\$ 2.105,74	R\$ -	0,00%	R\$ 2.887,27	R\$ 2.223,67	R\$ 663,60	-22,98%	R\$ 3.380,43	R\$ 3.380,43	R\$ -	0,00%
	Despesas Municipais por Função: Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental	R\$ 1.063,03	R\$ 979,79	-R\$ 83,25	-7,83%	R\$ 1.651,16	R\$ 526,45	R\$ 1.124,71	-68,12%	R\$ 1.396,48	R\$ 1.396,48	R\$ -	0,00%
	Despesas Municipais por Função: Educação e Trabalho	R\$ 2.396,32	R\$ 2.396,32	R\$ -	0,00%	R\$ 2.264,97	R\$ 2.264,97	R\$ -	0,00%	R\$ 4.431,79	R\$ 4.431,79	R\$ -	0,00%
Outputs	Produto Interno Bruto (PIB)	R\$ 45,27	R\$ 60,03	R\$ 14,76	32,60%	R\$ 60,50	R\$ 68,55	-R\$ 8,05	13,31%	R\$ 65,50	R\$ 122,48	-R\$ 56,99	87,01%
	Empregos (RAIS)	518,00	607,23	89,23	17,23%	607,00	653,51	-46,51	7,66%	712,00	1331,52	-619,52	87,01%
	Rendimento Médio (RAIS)	R\$ 0,98	R\$ 1,20	R\$ 0,21	21,72%	R\$ 1,02	R\$ 1,10	-R\$ 0,08	7,75%	R\$ 1,09	R\$ 2,04	-R\$ 0,95	87,01%
	Matriculas no Ensino Regular: Rede Municipal	535,00	700,97	165,97	31,02%	529,00	690,33	-161,33	30,50%	467,00	1399,92	-932,92	199,77%
	Docentes : Rede Municipal	37,00	43,37	6,37	17,22%	38,00	40,91	-2,91	7,66%	36,00	81,59	-45,59	126,64%
	Estabelecimentos de Ensino: Rede Municipal	3,00	5,13	2,13	71,00%	3,00	4,69	-1,69	56,33%	3,00	9,89	-6,89	229,67%
	Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental: Anos Iniciais	90,00	105,50	15,50	17,22%	93,20	100,34	-7,14	7,66%	98,50	195,39	-96,89	98,37%
	Estabelecimentos de Saúde: Esfera Administrativa Municipal	6,00	7,03	1,03	17,17%	6,00	6,46	-0,46	7,67%	6,00	11,22	-5,22	87,00%
	Cobertura Vacinal	76,20	91,80	15,60	20,47%	77,45	84,24	-6,79	8,77%	71,58	171,07	-99,49	138,99%
	Densidade Demográfica	24,75	29,01	4,26	17,21%	25,62	27,58	-1,96	7,65%	24,36	57,55	-33,19	136,25%
	Abast. de Água, Atend. de Coleta de Lixo e Atend. de Esgoto	856,00	1558,04	702,04	82,01%	1055,00	2134,01	-1079,01	102,28%	1146,00	3606,93	-2460,93	214,74%
Totais	Gastos no ano (Inputs)	R\$ 7	R\$ 6	-R\$		R\$ 8.998.69	R\$ 5.856.06	R\$ 3.142.63	-34.92%	R\$ 13.180.94	R\$ 11.404.64	R\$ 1.776.30	-13.48%
	Gastos (2006-2012)	R\$ 29,422.13	R\$ 23,848.48	R\$ 29,422.32	-18,94%								
	Gastos com Investimentos (2006-2012)	R\$ 7,844.94	R\$ 4,142.86	R\$ 7,845.41	-47,19%								
	Gastos com Saúde (2006-2012)	R\$ 8,373.43	R\$ 7,709.83	R\$ 8,373.51	-7,93%								
	Gastos com Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental (2006-2012)	R\$ 4,110.68	R\$ 2,902.72	R\$ 4,110.97	-29,39%								
	Gastos com Educação e Trabalho (2006-2012)	R\$ 9,093.08	R\$ 9,093.08	R\$ 9,093.08	0,00%								

* Dados monetários expressos em R\$ 1.000,00

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

Apêndice G: Análise *Outputs* (Observado e projetado) do município de Marmeleiro

	Variáveis	2006				2009				2012			
		Dados	Projeção	Diferença	%	Dados	Projeção	Diferença	%	Dados	Projeção	Diferença	%
Inputs	Despesa de Capital Municipal: Investimentos	R\$ 1.480,59	R\$ 1.480,59	R\$ -	0,00%	R\$ 2.112,98	R\$ 2.112,98	R\$ -	0,00%	R\$ 5.946,72	R\$ 2.668,36	-R\$ 3.278,36	-55,13%
	Despesas Municipais por Função: Saúde	R\$ 3.610,87	R\$ 3.610,87	R\$ -	0,00%	R\$ 5.321,96	R\$ 5.321,96	R\$ -	0,00%	R\$ 6.952,19	R\$ 6.952,19	R\$ -	0,00%
	Despesas Municipais por Função: Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental	R\$ 1.831,87	R\$ 1.499,53	-R\$ 332,34	-18,14%	R\$ 2.629,72	R\$ 2.205,19	-R\$ 424,53	-16,14%	R\$ 3.775,62	R\$ 2.818,87	-R\$ 956,75	-25,34%
	Despesas Municipais por Função: Educação e Trabalho	R\$ 4.628,71	R\$ 4.628,71	R\$ -	0,00%	R\$ 5.017,10	R\$ 5.017,10	R\$ -	0,00%	R\$ 6.601,62	R\$ 6.601,62	R\$ -	0,00%
Outputs	Produto Interno Bruto (PIB)	R\$ 133,75	R\$ 171,52	R\$ 37,78	28,25%	R\$ 169,33	R\$ 213,66	R\$ 44,33	26,18%	R\$ 182,19	R\$ 316,40	R\$ 134,21	73,67%
	Empregos (RAIS)	1311,00	2130,59	819,59	62,52%	1501,00	2628,36	1127,36	75,11%	1931,00	3803,09	1872,09	96,95%
	Rendimento Médio (RAIS)	R\$ 1,07	R\$ 1,20	-R\$ 0,13	12,08%	R\$ 1,17	R\$ 1,42	R\$ 0,25	21,50%	R\$ 1,22	R\$ 1,80	R\$ 0,58	47,18%
	Matriculas no Ensino Regular: Rede Municipal	1374,00	1539,96	165,96	12,08%	1350,00	1805,97	455,97	33,78%	1236,00	2076,91	840,91	68,03%
	Docentes : Rede Municipal	76,00	86,14	10,14	13,34%	77,00	93,56	16,56	21,50%	66,00	103,00	37,00	56,06%
	Estabelecimentos de Ensino: Rede Municipal	8,00	8,97	0,97	12,08%	8,00	13,36	5,36	66,94%	8,00	11,77	3,77	47,18%
	Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental: Anos Iniciais	92,50	111,46	18,96	20,50%	95,30	128,12	32,82	34,44%	98,80	145,57	46,77	47,34%
	Estabelecimentos de Saúde: Esfera Administrativa Municipal	6,00	7,84	1,84	30,64%	7,00	10,95	3,95	56,43%	7,00	10,30	3,30	47,18%
	Cobertura Vacinal	82,72	92,71	9,99	12,08%	63,87	105,76	41,89	65,59%	61,58	111,56	49,98	81,16%
	Densidade Demográfica	32,88	45,18	12,30	37,42%	34,62	59,77	25,15	72,66%	35,84	66,12	30,28	84,50%
	Abast. de Água, Atend. de Coleta de Lixo e Atend. de Esgoto	6030,00	6758,34	728,34	12,08%	6748,00	8198,93	1450,93	21,50%	7940,00	11685,86	3745,86	47,18%
Totais	Gastos no ano (Inputs)	R\$ 11.552,05	R\$ 11.219,71	-R\$ 332,34	-2,88%	R\$ 15.081,76	R\$ 14.657,23	-R\$ 424,53	-2,81%	R\$ 23.276,14	R\$ 19.041,03	-R\$ 4.235,11	-18,20%
	Gastos (2006-2012)	R\$ 49.909,95	R\$ 44.917,97	R\$ 4.991,98	-10,00%								
	Gastos com Investimentos (2006-2012)	R\$ 9.540,28	R\$ 6.261,93	R\$ 3.278,36	-34,36%								
	Gastos com Saúde (2006-2012)	R\$ 15.885,02	R\$ 15.885,02	R\$ -	0,00%								
	Gastos com Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental (2006-2012)	R\$ 8.237,22	R\$ 6.523,59	R\$ 1.713,62	-20,80%								
	Gastos com Educação e Trabalho (2006-2012)	R\$ 16.247,43	R\$ 16.247,43	R\$ -	0,00%								

* Dados monetários expressos em R\$ 1.000,00

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

Apêndice H: Análise *Outputs* (Observado e projetado) do município de Chopinzinho

	Variáveis	2006				2009				2012			
		Dados	Projeção	Diferença	%	Dados	Projeção	Diferença	%	Dados	Projeção	Diferença	%
Inputs	Despesa de Capital Municipal: Investimentos	R\$ 5.757,72	R\$ 5.041,64	-R\$ 716,09	-12,44%	R\$ 5.968,80	R\$ 3.740,65	R\$ 2.228,15	-37,33%	R\$ 5.115,48	R\$ 3.879,02	-R\$ 1.236,46	-24,17%
	Despesas Municipais por Função: Saúde	R\$ 6.522,09	R\$ 6.522,09	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 7.814,63	R\$ 7.814,63	R\$ -	0,00%	R\$ 10.204,46	R\$ 10.204,46	R\$ -	0,00%
	Despesas Municipais por Função: Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental	R\$ 3.296,99	R\$ 3.232,94	-R\$ 64,05	-1,94%	R\$ 7.084,20	R\$ 2.607,30	R\$ 4.476,90	-63,20%	R\$ 5.331,18	R\$ 3.694,59	-R\$ 1.636,59	-30,70%
	Despesas Municipais por Função: Educação e Trabalho	R\$ 9.798,72	R\$ 9.798,72	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 11.086,41	R\$ 11.086,41	R\$ -	0,00%	R\$ 14.105,35	R\$ 14.105,35	R\$ -	0,00%
Outputs	Produto Interno Bruto (PIB)	R\$ 240,56	R\$ 328,38	R\$ 87,82	36,51%	R\$ 315,71	R\$ 460,03	-R\$ 144,31	45,71%	R\$ 327,81	R\$ 506,00	R\$ 178,19	54,36%
	Empregos (RAIS)	2.626,00	3.584,66	958,66	36,51%	2792,00	4068,21	1276,21	45,71%	3860,00	5958,19	2098,19	54,36%
	Rendimento Médio (RAIS)	R\$ 1,09	R\$ 2,24	R\$ 1,15	106,07%	R\$ 1,15	R\$ 2,16	R\$ 1.015,82	88,58%	R\$ 1,20	R\$ 2,61	R\$ 1,41	118,03%
	Matriculas no Ensino Regular: Rede Municipal	2.328,00	3.493,43	-1.165,43	50,06%	2123,00	3352,90	1229,90	57,93%	2268,00	3951,81	1683,81	74,24%
	Docentes : Rede Municipal	132,00	180,19	-48,19	36,51%	120,00	174,85	54,85	45,71%	121,00	208,67	87,67	72,46%
	Estabelecimentos de Ensino: Rede Municipal	15,00	28,09	-13,09	87,27%	14,00	21,63	7,63	54,49%	15,00	25,07	10,07	67,11%
	Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental: Anos Iniciais	89,30	192,69	-103,39	115,78%	97,70	186,89	89,19	91,29%	96,90	230,76	133,86	138,14%
	Estabelecimentos de Saúde: Esfera Administrativa Municipal	15,00	20,48	-5,48	36,53%	15,00	21,86	6,86	45,71%	20,00	30,87	10,87	54,36%
	Cobertura Vacinal	72,59	179,64	-107,05	147,47%	77,68	158,41	80,73	103,93%	86,51	187,85	101,34	117,15%
	Densidade Demográfica	21,79	89,95	-68,16	312,80%	20,35	79,77	59,42	291,97%	20,38	87,67	67,29	330,19%
	Abast. de Água, Atend. de Coleta de Lixo e Atend. de Esgoto	7380,00	10074,18	2694,18	36,51%	9816,00	14302,84	4486,84	45,71%	12861,00	19851,89	6990,89	54,36%
Totais	Gastos no ano (Inputs)	R\$ 25.375,52	R\$ 24.595,39	-R\$ 780,13	-3,07%	R\$ 31.954,05	R\$ 25.248,99	R\$ 6.705,05	-20,98%	R\$ 34.756,46	R\$ 31.883,41	-R\$ 2.873,05	-8,27%
	Gastos (2006-2012)	R\$ 92.086,04	R\$ 81.727,80	R\$ 10.358,24	-11,25%								
	Gastos com Investimentos (2006-2012)	R\$ 16.842,00	R\$ 12.661,31	R\$ 4.180,70	-24,82%								
	Gastos com Saúde (2006-2012)	R\$ 24.541,18	R\$ 24.541,18	R\$ 0,00	0,00%								
	Gastos com Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental (2006-2012)	R\$ 15.712,37	R\$ 9.534,83	R\$ 6.177,54	-39,32%								
	Gastos com Educação e Trabalho (2006-2012)	R\$ 34.990,48	R\$ 34.990,48	R\$ 0,00	0,00%								

* Dados monetários expressos em R\$ 1.000,00

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

Apêndice I: Análise Outputs (Observado e projetado) do município de Santa Izabel do Oeste

	Variáveis	2006				2009				2012			
		Dados	Projeção	Diferença	%	Dados	Projeção	Diferença	%	Dados	Projeção	Diferença	%
Inputs	Despesa de Capital Municipal: Investimentos	R\$ 1.179,44	R\$ 1.179,44	R\$ -	0,00%	R\$ 2.717,60	R\$ 2.717,60	R\$ -	0,00%	R\$ 4.928,09	R\$ 2.493,35	R\$ 2.434,74	-49,41%
	Despesas Municipais por Função: Saúde	R\$ 3.537,69	R\$ 3.537,69	R\$ -	0,00%	R\$ 4.814,57	R\$ 4.814,57	R\$ -	0,00%	R\$ 6.340,70	R\$ 6.076,54	R\$ 264,15	-4,17%
	Despesas Municipais por Função: Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental	R\$ 1.418,56	R\$ 943,43	R\$ 475,13	-33,49%	R\$ 2.505,72	R\$ 1.899,71	R\$ 606,01	-24,19%	R\$ 2.515,98	R\$ 2.515,98	R\$ -	0,00%
	Despesas Municipais por Função: Educação e Trabalho	R\$ 4.010,79	R\$ 4.010,79	R\$ -	0,00%	R\$ 4.821,39	R\$ 4.821,39	R\$ -	0,00%	R\$ 5.460,42	R\$ 5.460,42	R\$ -	0,00%
Outputs	Produto Interno Bruto (PIB)	R\$ 119,35	R\$ 125,40	-R\$ 6,05	5,07%	R\$ 155,11	R\$ 214,60	-R\$ 59,49	38,35%	R\$ 197,14	R\$ 278,20	-R\$ 81,06	41,12%
	Empregos (RAIS)	1234,00	1333,34	-99,34	8,05%	1596,00	2208,10	-612,10	38,35%	1814,00	2559,85	-745,85	41,12%
	Rendimento Médio (RAIS)	R\$ 0,93	R\$ 1,47	-R\$ 0,54	58,22%	R\$ 0,98	R\$ 1,53	-R\$ 0,55	56,30%	R\$ 1.064,72	R\$ 1.607,30	-R\$ 542,58	50,96%
	Matriculas no Ensino Regular: Rede Municipal	1162,00	1222,79	-60,79	5,23%	1105,00	1727,55	-622,55	56,34%	1108,00	1806,68	-698,68	63,06%
	Docentes : Rede Municipal	69,00	74,23	-5,23	7,58%	78,00	107,91	-29,91	38,35%	71,00	100,19	-29,19	41,11%
	Estabelecimentos de Ensino: Rede Municipal	11,00	11,56	-0,56	5,09%	10,00	14,35	-4,35	43,50%	10,00	14,11	-4,11	41,10%
	Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental: Anos Iniciais	94,50	133,52	-39,02	41,29%	96,00	143,15	-47,15	49,11%	92,40	140,15	-47,75	51,68%
	Estabelecimentos de Saúde: Esfera Administrativa Municipal	8,00	11,08	-3,08	38,50%	7,00	9,68	-2,68	38,29%	8,00	11,29	-3,29	41,13%
	Cobertura Vacinal	76,63	108,85	-32,22	42,05%	78,79	119,82	-41,03	52,08%	81,04	118,57	-37,53	46,31%
	Densidade Demográfica	34,51	36,26	-1,75	5,07%	36,46	74,04	-37,58	103,07%	41,42	58,45	-17,03	41,12%
	Abast. de Água, Atend. de Coleta de Lixo e Atend. de Esgoto	3748,00	3938,03	-190,03	5,07%	4522,00	6478,27	-1956,27	43,26%	5067,00	7166,81	-2099,81	41,44%
	Gastos no ano (Inputs)	R\$ 10.146,49	R\$ 9.671,36	R\$ 475,13	-4,68%	R\$ 14.859,28	R\$ 14.253,27	R\$ 606,01	-4,08%	R\$ 19.245,19	R\$ 16.546,29	R\$ 2.698,89	-14,02%
Totais	Gastos (2006-2012)	R\$ 44.250,95	R\$ 40.470,92	R\$ 3.780,03	-8,54%								
	Gastos com Investimentos (2006-2012)	R\$ 8.825,13	R\$ 6.390,39	R\$ 2.434,74	-27,59%								
	Gastos com Saúde (2006-2012)	R\$ 14.692,96	R\$ 14.428,80	R\$ 264,15	-1,80%								
	Gastos com Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental (2006-2012)	R\$ 6.440,27	R\$ 5.359,13	R\$ 1.081,14	-16,79%								
	Gastos com Educação e Trabalho (2006-2012)	R\$ 14.292,60	R\$ 14.292,60	R\$ -	0,00%								

* Dados monetários expressos em R\$ 1.000,00

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.

Apêndice J: Análise *Outputs* (Observado e projetado) do município de Nova Prata do Iguaçu

	Variáveis	2006				2009				2012			
		Dados	Projeção	Diferença	%	Dados	Projeção	Diferença	%	Dados	Projeção	Diferença	%
Inputs	Despesa de Capital Municipal: Investimentos	R\$ 1.598,72	R\$ 1.598,72	R\$ -	0,00%	R\$ 2.609,64	R\$ 2.609,64	R\$ -	0,00%	R\$ 3.239,11	R\$ 3.165,93	-R\$ 73,18	-2,26%
	Despesas Municipais por Função: Saúde	R\$ 3.310,93	R\$ 2.912,93	R\$ 398,00	-12,02%	R\$ 4.411,12	R\$ 4.411,12	R\$ -	0,00%	R\$ 5.330,38	R\$ 5.330,38	R\$ -	0,00%
	Despesas Municipais por Função: Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental	R\$ 1.664,16	R\$ 1.139,14	R\$ 525,02	-31,55%	R\$ 1.529,46	R\$ 1.529,46	R\$ -	0,00%	R\$ 2.311,43	R\$ 2.311,43	R\$ -	0,00%
	Despesas Municipais por Função: Educação e Trabalho	R\$ 3.909,82	R\$ 3.909,82	R\$ -	0,00%	R\$ 4.852,31	R\$ 4.852,31	R\$ -	0,00%	R\$ 6.912,67	R\$ 6.912,67	R\$ -	0,00%
Outputs	Produto Interno Bruto (PIB)	R\$ 110,29	R\$ 126,85	-R\$ 16,56	15,02%	R\$ 140,61	R\$ 211,35	R\$ 70,74	50,31%	R\$ 151,26	R\$ 286,50	R\$ 135,25	89,41%
	Empregos (RAIS)	996,00	1830,92	-834,92	83,83%	1258,00	1930,81	672,81	53,48%	1752,00	3318,53	1566,53	89,41%
	Rendimento Médio (RAIS)	R\$ 0,86	R\$ 1,09	-R\$ 0,23	26,89%	R\$ 1,00	R\$ 1,57	R\$ 0,57	56,94%	R\$ 1,10	R\$ 2,07	R\$ 0,98	89,41%
	Matriculas no Ensino Regular: Rede Municipal	1189,00	1367,56	178,56	15,02%	1127,00	1693,94	566,94	50,31%	997,00	2172,97	1175,97	117,95%
	Docentes : Rede Municipal	72,00	82,81	10,81	15,01%	63,00	102,54	39,54	62,76%	68,00	128,80	60,80	89,41%
	Estabelecimentos de Ensino: Rede Municipal	7,00	8,27	1,27	18,14%	7,00	14,23	7,23	103,29%	7,00	13,26	6,26	89,43%
	Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental: Anos Iniciais	89,10	114,98	25,88	29,05%	94,40	141,89	47,49	50,31%	91,10	194,09	102,99	113,05%
	Estabelecimentos de Saúde: Esfera Administrativa Municipal	5,00	7,07	2,07	41,40%	6,00	9,66	3,66	61,00%	6,00	11,53	5,53	92,17%
	Cobertura Vacinal	76,96	101,03	24,07	31,28%	75,45	116,27	40,82	54,10%	80,86	157,00	76,14	94,16%
	Densidade Demográfica	27,05	53,78	26,73	98,82%	30,82	69,76	38,94	126,35%	29,55	82,54	52,99	179,32%
	Abast. de Água, Atend. de Coleta de Lixo e Atend. de Esgoto	3511,00	4662,33	1151,33	32,79%	4049,00	6085,88	2036,88	50,31%	4416,00	8918,89	4502,89	101,97%
	Gastos no ano (Inputs)	R\$ 10.483,62	R\$ 9.560,60	R\$ 923022,38	-8,80%	R\$ 13.402,52	R\$ 13.402,52	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 17.793,58	R\$ 17.720,41	R\$ 73176,07	-0,41%
Totais	Gastos (2006-2012)	R\$ 41.679,73	R\$ 40.683,53	R\$ 996198,45	-2,39%								
	Gastos com Investimentos (2006-2012)	R\$ 7.447,46	R\$ 7.374,29	R\$ 73176,07	-0,98%								
	Gastos com Saúde (2006-2012)	R\$ 13.052,42	R\$ 12.654,42	R\$ 398000,23	-3,05%								
	Gastos com Saneamento, Urbanismo e Gestão Ambiental (2006-2012)	R\$ 5.505,06	R\$ 4.980,03	R\$ 525022,15	-9,54%								
	Gastos com Educação e Trabalho (2006-2012)	R\$ 15.674,79	R\$ 15.674,79	R\$ 0,00	0,00%								

* Dados monetários expressos em R\$ 1.000,00

FONTE: Dados da Pesquisa, 2015.